

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALESSANDRA GUIMARÃES DOS SANTOS MEDINA

**Educação das relações étnico raciais em Mandaguari-Paraná, um olhar
para além das equipes multidisciplinares.**

MARINGÁ

2021

Alessandra Guimarães dos Santos Medina

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM MANDAGUARI-
PARANÁ, UM OLHAR PARA ALÉM DAS EQUIPES
MULTIDISCIPLINARES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marivânia Conceição Araújo

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas
Orientadora: Prof.^a Dr^a. Marivânia Conceição Araújo

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M492e

Medina, Alessandra Guimarães dos Santos

Educação das relações étnico-raciais em Mandaguari – Paraná, um olhar para além das equipes multidisciplinares / Alessandra Guimarães dos Santos Medina. -- Maringá, PR, 2021.

102 f.: il. color., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Marivânia Conceição Araújo.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2021.

1. Educação - Relações étnico-raciais. 2. Educação antirracista. 3. Lei 10639/2003. 4. Paraná - Mandaguari - Educação. 5. Racismo. I. Araújo, Marivânia Conceição, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 305.896

ALESSANDRA GUIMARÃES DOS SANTOS MEDINA

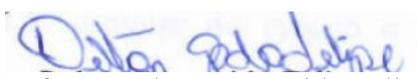
**Educação das relações étnico-raciais em Mandaguari – Paraná, um olhar
para além das equipes multidisciplinares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof.^a. Dr.^a. Marivânia Conceição Araújo
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá - UEM



Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Aprovada em 28 de maio de 2021

Realizada por videoconferência conforme Resolução nº 026/2020 – PGC

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às minhas ancestrais, minhas avós, Vó Maria e Vovó Lice que sempre me incentivaram e deixaram muito claro como nada seria fácil, como resistir seria a única alternativa, como estudar seria a coisa mais preciosa que eu poderia fazer. Uma pena não estarem aqui para vibrarmos com essa conquista!

Dedico a minha mãe e meu pai, que são aqueles que indubitavelmente estão sempre torcendo por mim! Amo vocês.

Dedico a você Washington, meu amado esposo! Especialmente, dedico essa dissertação a meus filhos Pablo e Raul, eles são minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e oportunidade de estar realizando essa pesquisa. Agradeço aos meus ancestrais, porque nós sabemos, nosso passo vem de longe!

Agradeço a minha família que apesar de todos os imprevistos, de todas as dificuldades, todas as barreiras a transpor na construção dessa pesquisa, sempre estiveram ao meu lado, me dando o suporte, o carinho e a ajuda necessários para que eu seguisse caminhando, ainda me machucassem os pés, serei sempre grata a vocês.

Obrigada, carinhosa e especialmente a meu esposo pela compreensão e incentivo, seu apoio foi preponderante durante esse período.

Obrigada mamãe, eu te amo!

Gratidão Raul, pelos cuidados dedicados ao Pablo, para que eu conseguisse escrever!

Agradeço de forma terna e cheia de reverência à minha orientadora Prof^a Dr^a Marivânia Conceição Araújo por me ajudar, por confiar e acreditar que por mais altas que fossem as barreiras, por mais abissais que fossem as fendas dificultosas das exigências acadêmicas, eu iria, ainda que com dificuldade, resistentemente caminhar e chegar até aqui. É motivo de honra e alegria ter sido sua orientanda.

Gratidão à Prof^a. Dr^a Ana Lúcia da Silva, Prof^o. Dr^o Delton, Felipe e Prof^o Dr^o Hilton Costa, por terem feito a arguição da minha qualificação, por lerem meu texto, atenta e generosamente, não somente para cumprimento de um rito acadêmico, mas certamente, num afã de contribuir com ideias primorosas e resistentes para que essa pesquisa fosse exitosa e possa corroborar para que a educação das relações étnico raciais cumpra seu papel, pois a escola não pode mais negar nosso corpo, nossa história, nossos saberes.... E isso precisa estar amorosamente entre nós, não forçosamente como um favor. Quando estamos juntos deixamos o nosso melhor aflorar.

Obrigada aos professores do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEM, foi um divisor de águas aprender com vocês!

Decolonizar nas aulas da Prof^a Dr^a Meire Mathias e do Prof^o Dr. Fagner Carniel, resultou em contribuições que não consigo mensurar a profundidade desses saberes na reconstrução da minha identidade, no meu reconhecimento como pessoa negra.

Muitíssimo obrigada aos Professores Dr^o Delton Aparecido Felipe e Prof. Dr^o Paulo Vinicius Baptista que compõem a banca da minha defesa, meu reconhecimento à envergadura

intelectual e acadêmica que representam, certamente poderei contar com suas valiosas sugestões para essa dissertação.

Minha gratidão aos meus colegas de profissão e aos alunos do 3º Ano C, do Colégio Gori que aceitaram o convite para participar da pesquisa, contribuindo de forma imperiosa para essa dissertação.

E por último, porém não menos importante, quero agradecer aos que fizeram e fazem resistências, na luta contra o racismo, contra a inferiorização e a marginalização acadêmica, quero deixar registrado minha gratidão por ser aluna cotista, sim faço parte com muito orgulho da primeira turma de cotistas do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

Gratidão por estarem junto comigo.

Sawabona!

..."Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim."

(bell hooks, 2017, p. 86)

MEDINA, Alessandra Guimarães dos Santos. **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM MANDAGUARI-PARANÁ, UM OLHAR PARA ALÉM DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marivânia Conceição Araújo – UEM. Maringá, 2021

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as implicações das relações étnico raciais na educação escolar, levantar aspectos concernentes à efetivação da Lei 10639/03 no município de Mandaguari, fazer um estudo sobre os impasses e avanços em dezoito anos da Lei. Bem como delinear algumas possibilidades de interferências pedagógicas que viabilizem a efetividade na sua implementação. Nas escolas da rede estadual a educação para as relações étnico-raciais é formatada pelas ações depreendidas pela Equipe Multidisciplinar. Já na rede municipal a implementação fica a critério das unidades escolares tendo suas ações previstas no PPP. Para desenvolvimento dessa pesquisa foi feita revisão bibliográfica sobre categorias/termos/expressões relevantes ao se tratar educação das relações étnico-raciais. E para análise da teoria e da prática escolar foi realizada aplicação de um de questionário online, e também na forma impressa, que foi respondido por profissionais da educação, alunos e alunas.

Palavras-chave: Educação, Racismo, Mandaguari, Equipe Multidisciplinar.

EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS IN MANDAGUARI-PARANÁ, A LOOK BEYOND THE MULTIDISCIPLINARY TEAMS

ABSTRACT

This research aims to analyze school education and its implications in ethnic-racial relations, to raise aspects concerning the implementation of Law 10639/03 in the municipality of Mandaguari, to make a study on the impasses and advances in seventeen years of the law and delineate some possibilities of pedagogical interference that enable the effectiveness in its implementation. In state schools, education for ethnic-racial relations is shaped by the actions taken by the Multidisciplinary Team. In the municipal schools, implementation is at the discretion of the school units who have their own actions foreseen in the PPP. For the development of this research, a bibliographic review was made on relevant categories / terms / expressions when dealing with the education of ethnic-racial relations. And for the analysis of school theory and practice, an online questionnaire was applied and also in printed form, which was answered by education professionals, male and female students.

Keywords: education, racism, Mandaguari, Multidisciplinary Team.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	12
2 – A CAMINHADA PELA CONSTRUÇÃO DO TEMA	16
3 – RACISMOS, O PROBLEMA SOCIAL QUE NÃO É SÓ DO NEGRO	25
4 – A FALÁCIA DA MERITOCRACIA: SABE-SE NA PELE QUERER NÃO É PODER	30
5 – O CAMINHO SINUOSO DA PESQUISA	33
6 – ENTRE LOVAT, ABELHAS E RIACHO: O NASCIMENTO DE MANDAGUARI	38
A) DADOS DE MANDAGUARI.....	37
B) EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, CONFORME PLANO MUNICIPAL E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DR ARY DA CUNHA PEREIRA E BOM PASTOR.....	39
7– OS DADOS E ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO ONLINE: A VOZ DE QUEM ESTÁ NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS	45
8 – O CAMINHO, PROPOSIÇÃO É APRENDER PARA ENSINAR EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICE: QUESTIONÁRIOS	87

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar a diversidade étnico-racial que constitui a sociedade brasileira temos que inevitavelmente pensar/repensar a educação escolar, balizada por uma educação que contemple a educação das relações étnico-raciais. Uma educação que busque o convívio e as trocas de experiências que favorecem as aprendizagens e não uma relação que um grupo, na maioria das vezes, está em desvantagem em relação ao outro, no caso a população negra que está sempre em lugares desprivilegiados em relação à branquitude¹. E se faz imperioso aprender a ensinar relações étnico raciais, pois está para além do cumprimento de legislação, mas assim como nos orienta Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007).

o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais (SILVA, 2007, p. 490).

Esse texto é a sistematização do estudo feito sobre as relações raciais no contexto escolar. Essa pesquisa tem o objetivo de analisar as implicações das relações étnico-raciais na contexto escolar considerando os impasses e as possibilidades na aplicabilidade da lei 10639/2003 em Mandaguari, município localizado na região norte do Paraná. Nas escolas da rede estadual de educação a implementação da Lei 10639/03 se deu por meio da instituição de equipes multidisciplinares, através da Resolução Resolução N° 3399/2010 – Grupo Setorial/Secretaria de Estado da Educação (GS/SEED). Já nas escolas da rede municipal de educação isso acontece através de práticas pedagógicas previstas no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares.

A lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade das escolas de ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares assegurem em seus currículos o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, veiculando assim o conhecimento da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição deste povo nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além disso deve-se constar, em calendário escolar, o dia 20 de novembro como data comemorativa do “Dia da Consciência Negra”(BRASIL, 2003).

¹ Podemos entender a branquitude da seguinte forma: a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói, e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global.... A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. (CARDOSO, 2008, p.611)

O estabelecimento escolar no reconhecimento da necessidade de valorização da história, cultura africana e afro-brasileira é uma pauta apresentada pelo movimento negro que desde sempre luta pela emancipação e sobrevivência do povo negro em solo brasileiro, conforme Delton Felipe e Lucas Vinicius Silva Santos (2019, p.77):

Produto de uma incessante luta do movimento negro em 09 de janeiro de 2003 foi publicada a Lei 10.639/03 com seu enxuto texto normativo, elegeu a escola como o cenário ideal para que se proceda a descolonização do imaginário racial do nosso país. Ao se estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio sejam eles públicos ou privados, a mencionada lei promove não apenas a alteração do currículo escolar, mas, acima de tudo, reafirmação de uma promessa já consagrada na Constituição Federal de 1988, de uma educação pluriétnica e emancipatória. (FELIPE e SANTOS, 2019, p. 77)

Essa lei, sancionada em 2003 no governo de Luiz Inacio Lula da Silva é uma estratégia para reparação de uma dívida histórica que tem como cerne o reconhecimento e valorização da população negra, a ser desenvolvida no âmbito escolar e deve ser contemplada em todas as etapas da Educação Básica e Superior.

A saber, a Educação Básica no Brasil é dívida em três etapas sendo elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No estado do Paraná há dois sistemas de educação o sistema municipal e o estadual e essa divisão é feita da seguinte maneira: Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais (1º ao 5º ano) são de responsabilidade do município, ou seja, são escolas da rede municipal, já o Ensino Fundamental séries finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio são de responsabilidade do estado, são escolas estaduais.

Nas escolas da rede estadual do Paraná se instituiu as equipes multidisciplinares a partir de dois mil e dez, como uma ferramenta possivelmente potente para efetivação de uma política pública de ação afirmativa², a Lei 10639/03. A busca pela efetivação dessa lei, nesses 18 anos de existência gerou vários desdobramentos, tanto no sistema municipal, quanto no estadual de educação.

²As ações afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidades para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade. O objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes. Isso pode ser feito de maneiras diversas, como por exemplo, bolsas de estudos; cursos de qualificação para membros dos grupos desfavorecidos; reservas de vaga, as chamadas cotas nas universidades ou em certas áreas do mercado de trabalho que, segundo pesquisas e dados estatísticos, confirmam uma porcentagem mínima ou a total ausência de sujeitos pertencentes a grupos sociais e raciais com histórico de discriminação e exclusão (GOMES e MUNANGA, 2016, p.186)

Na rede estadual de educação a Resolução Nº 3399/2010 – Grupo Setorial/Secretaria de Estado da Educação (GS/SEED), regulamenta a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná/SEED, nos Núcleos Regionais de Educação/NRE, nos estabelecimentos da rede estadual da educação básica e nas escolas conveniadas.

Essa equipe busca ampliar o diálogo entre professoras/es, gestoras/es, pedagogas/os, agentes educacionais, estudantes e comunidade externa engajados numa educação comprometida com a valorização do povo negro e indígena.

É pautada em princípios metodológicos que visam garantir um trabalho escolar efetivo e transformador no ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas do Paraná, cujas ações perpassam o currículo de forma transversal visando garantir um trabalho escolar efetivo e ressignificando a história, sobretudo, do povo negro que até então vinha sendo apresentada com base nos conhecimento eurocêntrico e etnocêntrico.

Etnocentrismo é um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação às outras. Consiste em acreditar que os valores próprios de uma sociedade ou cultura particular devam ser considerados como universais, válidos para todas as outras. Os sentimentos etnocêntricos estão enraizados na humanidade e por isso mesmo são difíceis de ser controlados. Porém esse tipo de sentimento se exacerba, produzindo uma ideia de que o outro, visto como o diferente, apresenta, além das diferenças culturais, uma inferioridade biológica, ele pode se transformar em racismo (GOMES e MUNANGA, 2016, p.181).

A educação das relações étnico raciais na rede municipal de Mandaguari é prevista nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada unidade escolar. Além disso as professoras contemplam em seus e planos de aula, atividades, que possibilitem a efetivação da Lei 10.639/03. É exatamente por isso que nosso olhar está para além das equipes multidisciplinares, pois é uma ferramenta destinada apenas às escolas da rede estadual de educação. Na rede municipal de educação de Mandaguari não há esse formato para a implementação da Lei 10639/03. As implicações da aplicabilidade dessa lei serão analisadas por meio do Projeto Político Pedagógico das escolas municipais Dr Ary da Cunha Pereira e Bom Pastor. De acordo com

Nesse sentido pretende -se aferir como tem se dado a implementação da Lei 10.6339/03 no município de Mandaguari, levando em consideração as diferentes proposições que perpassam esse tema tão amplo, necessário e urgente de pesquisas e reflexões que possam corroborar para uma educação antirracista que privilegie a diversidade, levando em

consideração a trajetória da equipe multidisciplinar na escola estadual e, análise do documento norteador das escolas municipais o Projeto Político Pedagógico em seção específica.

Mandaguari é a cidade situada no norte do Paraná, escolhida para pesquisa, porque é cidade em que nasci, moro e trabalho, há mais de vinte anos. Em minha carreira profissional inicialmente fui professora alfabetizadora nas séries iniciais na rede municipal de educação e atualmente sou concursada na função de pedagoga nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio na rede estadual de educação e, por esse motivo tenho acesso aos profissionais da educação e alunos o que foi um facilitador para a aplicação dos questionários.

As reflexões sobre as práticas pedagógicas, que reproduzem relações étnico-raciais que reproduzem ou corroboram com a manutenção do racismo no espaço escolar me levaram à enfrentar a necessidade de um estudo que transcende os limites da academia e por isso essa pesquisa por ter sua dose de tortura dada a aproximação em cor, em negritude, em intelectualidade e sobretudo considerando o recorte que se faz, do racismo na área educacional, que é minha atuação profissional. É importante ressaltar que sou pedagoga e pessoa negra, já coordenei por vários anos o trabalho da Equipe Multidisciplinar. Confesso que gosto muito de ter atuado naquele espaço!

2 A CAMINHADA PELA CONSTRUÇÃO DO TEMA

Nossos passos vêm de longe!

Jurema Werneck

Essa pesquisa surge das inquietações resultantes da minha prática profissional. Sou pedagoga há vinte anos na rede pública de educação e presencio constantemente a reprodução do racismo no espaço escolar, seja na sala dos professores, seja na sala de aula a discriminação e o preconceito revelam-se nas mais variadas atitudes que fazem do ambiente escolar um lugar marcado pelo racismo institucional

De acordo com Elliane Cavalleiro (2001), as atitudes que perfazem a rota das desigualdades, que presenciamos na escola muitas vezes são inconscientes, corroborando assim para a manutenção de uma sociedade racial e socialmente desigual.

No espaço escolar nem sempre os agentes estão conscientes de que a manutenção de preconceitos seja um problema. Dessa forma, interiorizamos atitudes e comportamentos que passam a fazer parte de nosso cotidiano, mantendo e/ou disseminando as desigualdades sociais. Somente a união da experiência de vida de crianças e adolescente-negros e não negros- e de seus familiares pode tornar evidentes aspectos do cotidiano escolar que escapam à nossa visão (CAVALLEIRO, 2001, p.152).

O racismo institucional, infelizmente, é muito marcado no contexto escolar, é possível constatar isso tendo em vista que é comum observar um número muito reduzido de professores, diretores negros, porém é corriqueiro encontrar, zeladoras, cozinheiras, porteiros cuja é pele negra. Inclusive, posso relatar que recentemente, uma mãe chegou à escola para conversar sobre rendimento escolar da filha e dirigiu-se ao Prof, Mestre em História perguntando se era ele quem iria abrir o portão da escola... Evidentemente, não há nada de errado em ser o porteiro, a problemática está em alocar os copos negros, restringindo-os a determinados lugares.

A forma institucional do racismo implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Essas práticas racistas manifestam-se também, nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil (GOMES e MUNANGA, 2016, p.180).

Nesse sentido essa dissertação aborda as especificidades das relações sociais no contexto escolar, marcadas pelo preconceito e discriminação racial que para além das

instituições estão nitidamente na estrutura da nossa sociedade o que conhece-se por racismo estrutural. Conforme Sílvia Almeida, 2019:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p.33). grifo do autor

Estar no contexto escolar, exercendo a função de pedagoga, revela ao meu olhar a percepção de que alunos negros são facilmente relegados ao fundo da sala e que mesmo os que ocupam os lugares de visibilidade, comumente, são os de pele mais clara. Aqueles que tiverem o cabelo em um penteado com os cabelos naturais, do tipo “Black”, por exemplo, são alvo de chacota inclusive por parte alguns professores.

E mais, como atuei por seis anos na Educação de Jovens e Adultos-EJA, população composta por muitos alunos de descendência negra, saliento que a maioria desse grupo expressava desconforto, em reconhecer-se como pessoas negra/ pretas, ou ainda quando tinha alguma programação da Equipe Multidisciplinar, muitos deles chegavam a me procurar argumentando que não deveria ser dada atenção ao tema, pois não era relevante e reverberavam as frases racistas que somos acostumados a ouvir. “A escravidão já passou”, “Quem luta consegue”, “No Brasil todos vivemos bem”. Essas verbalizações me causaram as seguintes inquietações pedagógicas: Como desenvolver uma educação que de fato valorize a história, a cultura e a identidade do povo negro em nossa sociedade, que está calcada no racismo estrutural?

A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo (ALMEIDA, 2019, p.34).

Denota-se, portanto que o racismo estrutural faz parte do inconsciente coletivo de muitos irmãos em cor. Há um silenciamento que necessita ser rompido, as vozes precisam ecoar, os efeitos deletérios do racismo e a corroboração da prática escolar na manutenção disso.

E o que se pode aferir das vozes daqueles que compõem a Equipe Multidisciplinar? O que se tem a ecoar aqueles que vivenciam o racismo, por ser racista ou por sofrer racismo, ou ainda aqueles que se propõem a lutar contra o racismo?

Fica explicitado então já nessas poucas linhas a necessidade urgente de uma Educação antirracista, destaco o pensamento de Eliane Cavalleiro que escreve:

O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (CAVALLEIRO, 2020, p. 33).

O trabalho ora apresentado está dividido em duas partes e as considerações finais.

A primeira para tratar das Equipes Multidisciplinares na assertiva de fazer um resgate histórico, através de pesquisa bibliográfica documental e revisão literária de algumas categorias inerentes ao trabalho como racismo estrutural e institucional, meritocracia, educação antirracista. Para situar aspectos preponderantes aos desdobramentos aplicação da Lei 10639/03 município de Mandaguari, considerando uma escola da rede estadual e duas escolas da rede municipal de educação, faremos análise dos seguintes documentos: Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual Gori (2017/2019) e documentos pesquisados na página eletrônica da Secretaria de Educação do Paraná, Plano Municipal de Educação e Projeto Político Pedagógico³ das escolas municipais Dr. Ary da Cunha Pereira e Bom Pastor.

A segunda parte produzida a partir da análise das informações colhidas no formulário online, e questionário impresso, gentilmente respondidos pelos profissionais da rede estadual e municipal de educação do e por alunos do terceiro ano do Ensino Médio do município de Mandaguari.

Considerando que essas aferições, resultantes das respostas dos questionários, sejam o veículo condutor desse trabalho, e hipotetizamos que através dessa análise dos dados poder-se-á fazer a trajetória da Lei 10639/03, neste município, da atuação da Equipe Multidisciplinar, bem como fazer proposituras para que se possam contribuir para o fortalecimento de uma educação antirracista, para além do mero cumprimento formal, vislumbrando um horizonte no

³ De acordo com a Deliberação CEE-CP nº 02/2018 no Capítulo III, Art. 10 e 11 (ANEXO 11), o Projeto Político-Pedagógico – PPP é o principal instrumento para planejamento e avaliação da instituição. Logo, ele “define o rumo, a intenção e os processos pedagógicos e administrativos que serão utilizados para cumprir as metas, expectativas e objetivos propostos pela comunidade escolar e local.
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2019/especializadas_roteiro6_semana_pedagogica_fevereiro2019.pdf. Acesso em 19/09/2020

qual as práticas escolares estejam em consonância com as demandas apresentadas pela população negra no mínimo há cento e trinta anos.

E a última composição, as considerações finais acerca do que foi coletado com o questionário e a reflexão analítica resultante das leituras realizadas para percorrer o caminho da pesquisa e como tudo isso pode confluir para que se possa olhar a educação sob as lentes das implicações étnico-raciais.

Pretendemos responder as seguintes perguntas: De que forma acontece a efetivação da Lei 10639/03 neste município? Existe alguma formação para os funcionários municipais da Educação sobre o racismo escolar? O que marca esta cidade quando se trata de ações condizentes a uma educação antirracista?

Como os desdobramentos das ações da Equipe Multidisciplinar tem de fato contribuído para implementação da Lei 10639/03? Pensar sobre tudo isso é preponderante para avançar na discussão referente ao construto da Equipe Multidisciplinar, bem como delinear, possíveis ações inerentes às práticas pedagógicas para as relações étnico raciais, considerando, inclusive a inexistência no ano letivo de dois mil e vinte. E se não houver a Equipe Multidisciplinar nos próximos anos, como se desenharão as ações antirracistas em nossas escolas, na rede estadual e municipal de educação? Supomos que a Equipe é uma oportunidade potente para a implementação de uma Educação para as Relações Étnico- Raciais- EREER, por isso consideramos um retrocesso a possibilidade que essa realidade se repita no ano letivo de dois mil e vinte um. Isso pode alterar o desenho que vem se constituindo nas práticas pedagógicas em busca de uma educação antirracistas em nossas escolas da rede estadual.

Para dar continuidade a essa discussão, cabe discorrer sobre a Equipe Multidisciplinar – E.M.: é uma política educacional do Estado do Paraná para cumprimento da Lei 10638/03 e 11645/08 é uma estratégia que a SEED/PR instituiu para que o Estado possa efetivar/regulamentar a implementação da Lei nos estabelecimentos de Ensino, do Paraná. A EM é normatizada pela Instrução N° 010/2010 – SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO/ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO- SUED/SEED.

Essa equipe é composta por representantes dos funcionários, professores, equipe diretiva, dos alunos e outros convidados da comunidade externa, que ensejam uma educação de qualidade baseada em princípios de igualdade de oportunidades consolidada na construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial.

O trabalho na Equipe Multidisciplinar que resulta, aos concluintes, uma certificação de sessenta horas, se estrutura mediante frequência dos membros, em grupos de estudos presenciais que ocorrem na escola, com material pré definido pelo Departamento da

Diversidade-DEDI/SEED. Além disso, deveriam os membros da Equipe Multidisciplinar se dedicarem à elaboração e desenvolvimento de atividades, objetivando não só cumprimento da Lei 10639/03, mas momentos privilegiados de aprendizagem para formação humana integral a serem desenvolvidas com o coletivo escolar, preconizando o respeito diversidade.

Conforme Deliberação 04/06 do Conselho Estadual de Educação Art 2º: O Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino deverá garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

A Equipe Multidisciplinar ocorre através não só de ações a serem desenvolvidas, ela tem também uma parte destinada à formação teórica de seus integrantes, um curso. Com encontros presenciais, que deveriam ter duração de quatro horas cada, totalizando sessenta horas de formação. A partir do ano letivo de dois mil e dezessete o curso de formação para os integrantes da Equipe Multidisciplinar passou a ser realizado em duas etapas, a primeira presencial e a segunda no formato da Educação a Distância-Ead, totalizando quarenta horas de formação.

Os cursistas deveriam realizar as atividades tanto presencial quanto na forma de Educação a Distância (EAD), elaborado pela Secretária de Educação/DEEDI e nas escolas deveriam realizar os encontros presenciais para estudos, elaboração do Plano de Ação e Memorial descritivo onde se registram as ações a realizar e as ações que foram realizadas no decorrer do ano letivo, pela Equipe Multidisciplinar.

Dentre os profissionais da escola inscritos na Equipe Multidisciplinar um/uma profissional da escola tem que assumir a responsabilidade da coordenação: e ficar responsável pelo planejamento e realização dos encontros, organizando previamente as atividades e ainda acompanhar as demais práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

Fui coordenadora da Equipe Multidisciplinar por seis anos consecutivos. A escolha do para essa função é feita de forma muito simples, indicação do próprio grupo ou acontece eleição no caso de duas ou mais pessoas desejarem a função, mas no meu caso foi sempre indicação de alguém do grupo, com anuência de todos os outros participantes da Equipe Multidisciplinar.

As Equipes Multidisciplinares são espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03⁴, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual e escolas conveniadas do Paraná. (PARANÁ, 2016).

As ações da Equipe Multidisciplinar são elaboradas de acordo com as fichas individuais que os inscritos entregam ao coordenador que organiza essas ações num Plano em formato disponibilizado pela mantenedora, que é a SEED. Antes dessas ações elencadas individualmente há uma inscrição feita previamente na qual os pretendentes ao curso fazem uma justificativa da participação nesse grupo e se propõem a efetivar uma educação antirracista, através da valorização e reconhecimento das contribuições do povo trazido de África para o Brasil.

Nesse sentido a Orientação 02/2016 versa que:

O desenvolvimento das ações de formação continuada e práticas pedagógicas que fundamentam os avanços e aprofundamento dos compromissos educacionais e sociais com a educação das relações étnico-raciais visa garantir o cumprimento das Leis 10.639/03 e 11.645/08. É fundamental e urgente que os conteúdos disciplinares se entrelacem com as ações de reconhecimento, valorização e promoção da igualdade racial. Para tanto, busca-se ampliar o diálogo para que professora/es, gestoras/es, pedagogas/os, agentes educacionais, estudantes e comunidade estejam envolvidos nessa construção. Busca-se também, intensificar a oferta de subsídios metodológicos para garantir um trabalho docente efetivo e transformador no ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Indígena nas salas de aula do Paraná (PARANÁ, 2016).

No decorrer da prática pedagógica, por estar no contexto escolar e por fazer parte da Equipe Multidisciplinar, pela própria vivência, pode-se inferir que alguns docentes e funcionários da escola tenham como motivação para participação da Equipe Multidisciplinar a quantidade de horas que resultam do curso, em detrimentos do compromisso com a luta antirracista.

Apesar disso acreditamos, de maneira geral, que há alguns profissionais da educação que estão realmente dispostos a somar esforços para que o espaço escolar seja permeado pelo respeito, através de ações conscientes e antirracistas e isso podemos verificar em algumas respostas dos questionários.

Já mencionamos, mas é importante ressaltar, que a Equipe Multidisciplinar faz parte da estrutura rede estadual de educação no Paraná somente. Portanto nas escolas municipais de Mandaguari não existem as ações delineadas por uma equipe específica, e sim alguns apontamentos de estratégias pedagógicas para a efetivação da Lei 10639/03 que podemos verificar no Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Vale registrar que ano letivo dois mil e vinte em decorrência da pandemia covid 19⁵, o isolamento social, única forma de conter a propagação ainda maior do vírus, alterou significativamente a vida em nossa sociedade, porém não abalou a estrutura racista, e apesar de todas as demais atividades estarem transcorrendo de forma remota, foi comunicado, via mensagem de WhatsApp às escolas, que as Equipes Multidisciplinares não ocorreriam esse ano.

Isso já era de se esperar dado os encaminhamentos em âmbito federal já que é comum ao presidente Jair Bolsonaro fazer declarações de cunho racista, endossando práticas que perpetuam a estrutura racista, uma delas pode ser acessada facilmente numa publicação do Jornal folha de São Paulo de 20/01/2020 “O Hélio vai pra China comigo. E eu falei: Tem algum problema? É só você fazer assim (puxando as pálpebras para os lados) que ninguém vai te achar na multidão.” em outubro de 2019 em live através de sua rede social com deputado Hélio Lopes (PSL, RJ), que é negro, ao seu lado. Outra frase proferida: “Fui num quilombola de Eldorado Paulista. Olha o quilombola mais leve lá pesava 7 arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem pra procriador ele serve mais” em abril de 2017 durante palestra no Rio de Janeiro.

Sem dúvidas esses marcadores discursivos apresentados pelo presidente simbolizam a autorização de racismos nas suas mais sofisticadas formas, dando tom de superioridade ou inferioridade aos humanos que seguem na ótica racista.

No estado do Paraná o governo de Ratinho Junior, e o então secretário da Educação Renato Feder, demonstram-se bastante alinhados ao discurso do governo federal, por

⁵ Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Os sintomas da COVID-19 podem variar de um resfriado, a uma Síndrome Gripal-SG (presença de um quadro respiratório agudo, caracterizado por, pelo menos dois dos seguintes sintomas: sensação febril ou febre associada a dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza) até uma pneumonia severa. Sendo os sintomas mais comuns: Tosse, Febre, Coriza, Dor de garganta, Dificuldade para respirar, Perda de olfato (anosmia), Alteração do paladar (ageusia), Distúrbios gastrointestinais (náuseas/vômitos/diarreia), Cansaço (astenia), Diminuição do apetite (hiporexia), Dispneia (falta de ar). A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: Toque do aperto de mão contaminadas; Gotículas de saliva; Espirro; Tosse; Catarro; Objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc. (<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>)

consequência indiferentes às demandas de uma educação antirracista e como podemos observar abaixo, há um posicionamento oficial informando por mensagem de whatsapp, enviada ao grupo dos/as coordenadores/as que no ano de 2020 não teríamos a Equipe Multidisciplinar nas escolas.

Boa tarde a todas e todos.
 É com imenso pesar que digo a vcs que este ano de 2020 não teremos formação para as equipes Multidisciplinares do Estado do Paraná.
 Acabo de conversar com a minha chefe, prof Angela, e ela me informou que a formação não foi aprovada pela Deduc por inúmeros fatores, que não tratarei aqui.
 Para quem me conhece sabe que eu sou um lutador pela educação das relações Étnico-Raciais nas escolas, a partir de formações e orientações tanto à professores/as quanto à sociedade em geral.
 Infelizmente este ano com todas as características contrárias que tivemos especialmente em função da pandemia, foi necessário gastar energias em outras frentes, oq acabou afetando de certa forma a nossa metodologia de trabalho no Departamento de Diversidade e Direitos Humanos.
 Desta forma, agradeço imensamente oq vcs fizeram ao correr para dar conta de uma planilha, mesmo aqueles que não conseguiram terminar, buscaram esse objetivo, sem saber se teríamos realmente a formação. Vcs foram incríveis e eu, prof @ reconhecemos esse trabalho.
 Por fim, apresenter Multidisciplinares para 2021, bem como teremos a homologação de uma nova equipe, com a mesma vontade e profissionalismo de sempre.
 Estarei sempre a disposição.
 Obrigado

08:46

Para, além disso, numa perspectiva mais generalizada, para exemplificar esse descaso às pautas referentes as relações étnico raciais, vale destacar aqui, que o atual presidente da Fundação Palmares⁶ Sergio Camargo, nega o racismo, vê no período escravagista algo bom, segundo Haroldo Lima (2019),

⁶ No dia 22 de agosto de um mil novecentos e oitenta e oito o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Desde então, foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas; este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. Ademais, a FCP é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas. A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei. Essa instituição deve preconizar ações: de combate

Camargo publicou que no Brasil há um racismo “nutella”, ao contrário dos Estados Unidos, onde existiria um racismo “real”. Continua “a negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda”. No dia 27 de agosto, ele havia escrito que a escravidão foi “terrível, mas benéfica para os descendentes” porque negros viveriam em condições melhores no Brasil do que na África...” (LIMA, 2019, p. 1)

Ainda conforme Lima(2019), Camargo faz um a declaração ao saber que é mesmo indicado para o cargo de presidente da Fundação Palmares, que vale a pena deixar registrado, para que se evidencie, que de fato o caminhar por essa pesquisa foi sem dúvida sinuoso:

“Fui nomeado nesta quarta-feira presidente da Fundação Cultural Palmares, a convite do secretário especial da Cultura, Roberto Alvim. Assumir o cargo será uma grande honra e ao mesmo tempo um desafio! Grandes e necessárias mudanças serão implementadas na Fundação Palmares. Sou grato a Deus por essa oportunidade. Minha atuação à frente da Fundação será norteada pelos valores e princípios que elegeram e conduzem o governo Bolsonaro”, diz o texto. (Ibdem)

Além disso, no uso de suas atribuições, mandou inclusive retirar do ar documentos sobre Zumbi dos Palmares, Carolina Maria de Jesus, dentre outros vultos históricos da cultura afrobrasileira, que recentemente se fizeram destacados nos currículos escolares. Conforme editorial Alma preta:

Na tentativa da Fundação de reescrever a experiência negra no país, sumiram os artigos sobre Zumbi dos Palmares, os abolicionistas Luís Gama e André Rebouças, a escritora Carolina Maria de Jesus e muitos outros homens e mulheres negros de projeção na história. Também desapareceram artigos sobre personalidades negras de destaque no esporte do país. Embora a página com o menu tenha sido removida, ainda é possível encontrar artigos relativos a essas figuras digitando o nome delas no campo de pesquisa do site da fundação. Os esforços de apagamento, no entanto, também se refletem no dia a dia da instituição fora do site. Outro projeto revisionista nos planos de Camargo é a construção de uma biblioteca que valoriza o papel da corte portuguesa na formação da identidade brasileira e mesmo no processo de abolição da escravatura. A nova ala deve ocupar um prédio que pertence à Empresa Brasil de Comunicação. (SIMÕES, 2020, p.1)

Diante disso, é indispensável reservar nesse momento um espaço para algumas considerações inerentes à da estrutura racista que se ancora no mito da democracia racial para negar os racismos nossos de todo dia.

ao racismo, que visem a promoção da igualdade, a valorização, difusão e preservação da cultura negra; com vista à cidadania no exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas da população negra em suas manifestações culturais; e ainda valorização da diversidade no reconhecimento e respeito às identidades culturais do povo brasileiro. (http://www.palmares.gov.br/?page_id=95)

3 RACISMOS, PROBLEMA SOCIAL QUE NÃO É SÓ DO NEGRO

O racismo existe e esse fato é comprovado em vários estudos clássicos de autores (as) das ciências humanas como Sueli Carneiro, (2019) Silvio Luiz de Almeida (2019) e Kabengele Munanga (2016) e Nilma Lino Gomes, dentre vários outros pesquisadores e pesquisadoras, no entanto a maioria das pessoas não se reconhecem racistas e se apoia no consenso de que, biologicamente, não existem raças, mas sim a “raça humana”. Contudo sabemos que o racismo, no que se refere às relações sociais, existe e afeta toda a existência do povo negro e que a estrutura racista é sustentada pelo viés político e não biológico. De acordo com Sueli Carneiro (2019) em seu artigo Ideologia tortuosa, a discussão sobre a o emprego da terminologia raça, não passa de um artefato para escamotear as evidências inegáveis do racismo.

São argumentos de fácil aceitação pelo que reiteram das ideologias presentes no senso comum em que o elogio à mestiçagem e a crítica ao conceito de raças vem se prestando historicamente, não para fundamentar a construção de uma sociedade efetivamente igualitária do ponto de vista racial e, sim para nublar a percepção social sobre as práticas racialmente discriminatórias presentes em nossa sociedade. A constatação da inexistência das raças e de que a diversidade de intragrupos é maior do que entre os grupos diferentes, que a ciência vem revelando nos últimos tempos, não tem impacto sobre as diversas manifestações de racismo e discriminação em nossa sociedade e em ascensão no mundo, o que reafirma o caráter político de raça e sua atualidade, a despeito de sua insustentabilidade do ponto de vista biológico. Raça é hoje, e sempre foi, um conceito eminentemente político. (CARNEIRO, 2019, p. 144)

O racismo está bem presente em nossa sociedade, embora poucos assumam sua condição racista, consiste num comportamento que parte da premissa de inferiorização do outro, em razão da sua identidade étnica, sobretudo suas marcas/traços negroides, colorificação da tez, formato alargado do nariz, enfim características físicas da população negra, que demarcam a diáspora africana.

Portanto:

O conceito de raça se institui para justificar a dominação, a escravidão e a exploração de um grupo racial sobre o outro. Hoje, a negação da realidade social da “raça” e da necessidade que dela decorre de focalizar as políticas públicas. Nos segmentos historicamente discriminados se presta à perpetuação da exclusão e dos privilégios que a ideologia que o sustenta produziu e reproduz cotidianamente. (Ibdem, p.149)

A manifestação do racismo, reside na ideia, de conceber que os seres humanos negros escravizados ou descendentes deles, como inferiores a seres humanos não negros como, por exemplo, se explicava cientificamente, em nossa sociedade, no século XVIII.

Podemos afirmar que o pensamento social brasileiro, em seus mais diversos matizes ideológicos, se ocupou da questão racial, direta ou indiretamente. De fato, é uma questão crucial pensar em como uma nação pode se constituir em um país de profundas desigualdades, atravessado pelo estigma de 388 anos de escravidão” (ALMEIDA, 2019, p.66).

E esse estigma da escravidão, somado à marginalização destinada ao povo negro após abolição é marcado por resistência e luta, no entanto apesar disso, a estrutura racista da nossa sociedade, inevitavelmente naturalizou e naturaliza, atitudes de discriminação, condutas que, cotidianamente, violam direitos de pessoas pautadas na premissa de que há seres humanos superiores aos outros, devido a seu fenótipo e isso tudo é muito corriqueiro nas relações entre os sujeitos no espaço escolar. Nesse sentido Elisa Larkin Nascimento (2001), escreve sobre a condição inferiorizada da pessoa negra aprendidas primeiro no grupo familiar estendendo-se à escola.

Os efeitos psicológicos da naturalização da condição social inferiorizada da mulher afrodescendentes são reforçadas em grande parte por meio do processo didático. As representações sociais negativas, carregadas de preconceitos e estereótipos, são internalizadas desde a primeira infância por meio de uma educação infantil e escolar imbuída das ideologias do patriarcalismo e do racismo (NASCIMENTO, 2001, p. 117).

Muitas são as situações que corroboraram ao longo do processo histórico para que o negro brasileiro ocupasse lugar de inferioridade na sociedade. Nesse constructo da marginalização e do epistemicídeo podemos citar: o racismo religioso, a discriminação de costumes, de vestimentas e da linguagem que resultaram e resultam em exclusão social, da maioria de nós e a nulidade da possibilidade de afirmação, sentimento de pertença, irmandade e dignidade coletiva. A anulação da irmandade e do sentimento de pertença foi o pior de tudo! Isso foi preponderante para o cenário de desigualdade e enfraquecimento da identidade e subjetividade da população negra e afro-brasileira que, apesar de tudo, persistisse na resistência atemporal em busca inclusive dos direitos garantidos pela cidadania.

Conforme Nilma Lino Gomes, (2017) o negro escravizado luta pela liberdade e depois de liberto passa a lutar pela sua cidadania, para alcançar o mercado de trabalho e acessar outros direitos como a educação, por exemplo, é um caminho tortuoso e, seguimos lutando para a manutenção dos direitos conquistados, numa sociedade que segue a ótica das desigualdades raciais.

É interessante ou triste mencionar que discriminação pode ocorrer por termos atitudes ou pela omissão diante de situações em que podemos verificar o racismo em sua face simbólica de crueldade, que é o tratamento discriminatório e de preconceito consensual. Conforme Maria Silva Bento (1998) apud MUNANGA e GOMES (2016), na maioria das vezes, a discriminação e o preconceito racial são semelhantes, pois “ambos partem de ideias, sentimentos e atitudes negativas de um grupo contra outro. No entanto há uma significativa diferença entre eles: a discriminação racial implica sempre na ação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas.”

De acordo com Munanga e Gomes (2016) o preconceito é um sentimento, é uma ideia que temos de grupos, pessoas antes mesmo de conhecer, devido ao que consideramos já ter conhecimento. Ele serve à naturalização do racismo, pois se materializa em atitudes discriminatórias, por exemplo, jovens negros que com frequência são parados para revista pela polícia, ou que são levados presos acusados de roubar um carro sem ao menos saber dirigir⁷, pois já há uma concepção, um consenso falacioso, diga-se de passagem, de que o perfil do jovem negro é perfil de marginal.

O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça ou etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos e a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (MUNANGA e GOMES, 2016, p.182)

E no ambiente escolar a presença do racismo, do preconceito e da discriminação, são comuns, na maioria das vezes são práticas legitimadas, devido a nossa educação eurocêntrica, ao racismo estrutural que nos ensina a negar a diversidade na ótica de um padrão europeu, enfatizando a ideia do único, tem sua raiz, na ideia eurocêntrica, a fim de justificar a exploração, a estigmatização e a reificação a qual foi submetida os africanos, os escravizados e os não escravos.

O racismo, por ser estrutural, marca todas as esferas da sociedade brasileira e devido a esta amplitude, precisa ser reconhecido em sua gênese sistêmica, uma vez que se organiza e se desenvolve através de estruturas, políticas, práticas e condutas que definem oportunidades e valores para pessoas e populações a partir de suas características físicas atuando em diferentes níveis.

⁷ <https://ponte.org/gabriel-foi-presos-por-roubo-unica-prova-a-cor-de-sua-pele/>

O racismo institucional, aquele que se percebe, inclusive e nitidamente, na escola, pois quando se observa a sala dos professores e temos dois ou três colegas negros, mas quando observamos outros espaços da escola como cozinha, limpeza, vamos encontrando nossos colegas negros em funções que ao longo do tempo foi se aprendendo, por meio de uma naturalização didática que negros possuem um lugar para ocupar na sociedade. Ao que chamamos de “Linha de cor”:

Ou seja, sob o racismo, uma separação (segregação) é feita a partir da cor da pele das pessoas, permitindo aos mais claros ocuparem posições superiores na hierarquia social, enquanto os mais escuros serão mantidos nas posições inferiores, independentemente de sua condição (ou seus privilégios) de gênero ou quaisquer outros. Note-se que a linha de cor, ainda que guarde certa flexibilidade em relação às diferentes tonalidades, reivindicará e resguardará, nas disputas cotidianas e gerais, o lugar de privilégio sempre para os mais claros (WERNECK, 2011, p.12).

É evidente que sabemos que nosso ambiente escolar está impregnado de racismo, vemos isto quando em nossas escolas centrais verificamos um número de alunos não negros, negros com a pele mais claros bem mais expressivo do que de alunos negros, e já nas periferias, temos na maioria alunos negros, com índice grande de faltas, e baixo rendimento escolar, o que podemos explicar segundo Pierre Bourdieu (2003), por questões relacionadas ao capital cultural⁸ e não pela falta de “vontade de vencer”, como ressaltam alguns professores convencidos pela conhecida e hoje em dia tão apregoada meritocracia.

Nesse horizonte se destacam as ações que devem ser planejadas e registradas num Plano de Ação pela Equipe Multidisciplinar, que tem como diretrizes:

Práticas didático-pedagógicas que relacionem o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas disciplinas curriculares; Ação Mobilizadora de Reconhecimento e Valorização Étnico-Racial e de Promoção de Igualdade Racial garantindo a participação e atuação dos Agentes Educacionais e Estudantes integrantes da EM; Seminário na Semana da Consciência Negra (PARANÁ, 2016).

Outra situação muito corriqueira e atual, nesse cenário político que estamos inseridos é a falácia da meritocracia, muito aclamada hoje em dia. A meritocracia, assim como os efeitos

⁸ O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural - de que são, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 1979)

e marcas indeléveis da teoria do embranquecimento, afetam os alunos negros da escola pública, sobretudo os mais pobres.

4 A FALÁCIA DA MERITOCRACIA: SABE-SE NA PELE QUERER NÃO É PODER!

Quando se debruça na história da população negra no Brasil verifica-se um projeto racista de nação, concordando com Maria Nilza Silva (2000),

“Um projeto assimilacionista que buscou retirar do negro sua origem, subtraindo sua identidade e lhe conferindo tratamento desigual e impondo-lhe à margem social, evidenciamos o racismo, exatamente no sistema desigual de oportunidades através da educação, mercado de trabalho, renda dentre outros.” (SILVA, 2000, p. 102)

Desde sempre é alijada de direitos. Que, conforme, afirma Matilde Ribeiro, (2004) que “o Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-brasileira até hoje.”

Em 1854, no dia 17 de fevereiro foi publicado o Decreto nº 1331, no Art 69 § 3º, não seriam admitidos à matrícula e a frequência escolar, os escravos e, a possibilidade de adultos negros estudarem dependia da disponibilidade de professores. (RIBEIRO, 2004, p.7)

Ademais em 06 de setembro de 1878 o Decreto nº 7031, estabelecia que negros só seriam admitidos em escolas públicas brasileiras no período noturno “diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares” Explicita-se, portanto que à população negra foi durante muito tempo, negada, sob ótica dos aspectos legais, o direito à escolarização e ao conhecimento, o que também explica, em grande medida, a desigualdade educacional, entre a população negra e não negra ao longo da história do país e que se manteve até os dias atuais.

Dentre tantas nuances que se pode apontar estudando o povo negro destacamos uma vivência amarga marcada por constrangimentos e muitas vezes, na maioria delas exclusões das políticas públicas. Daí a necessidade imperativa de Políticas afirmativas cujo objetivo é beneficiar a população e proporcionar alguma forma de reparação a esse grupo, por exemplo, as cotas raciais, na tentativa de reparar estas desigualdades, e mazelas produzidas e naturalizadas ao longo do nosso processo histórico.

O governo federal, a partir da eleição do presidente Luiz Inacio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos... Nesse contexto, sancionou a, em março de 2003, a Lei nº 10639/03-MEC, que altera a LDB(Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para implementação da mesma... Criou em 21 de março a SEPPIR(Secretaria de Especial de Promoção da Igualdade Racial) e institui a Política Nacional de

Promoção da Igualdade Racial. Dessa forma recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem as políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversa. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (RIBEIRO, 2004, p.8)

Com tristeza, após a longa, porém necessária citação, escreve-se a que SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), foi descaracterizada em 2015, sendo incorporada o ministério dos Direitos Humanos. E o desmonte só vai ganhando força, pois sabemos que a resistência combativa ao racismo só é possível através de políticas públicas no campo da educação, cultura, esportes, trabalho, saúde, ciência e tecnologia, segurança pública, cidades, entre outros.

Não é possível que uma “caneta azul” e a lavagem cerebral imposta pelo atual governo federal destruam tão detalhada e complexa construção. Também temos de compreender que essa realidade é parte de um fluxo maior de desmonte de direitos sociais, econômicos e políticos, duramente construídos antes e depois da ditadura militar, que infelizmente é reanimada. (RIBEIRO, 2020, p. 4)

Toda essa manutenção do racismo e a naturalização de seus efeitos mais perversos, certamente reflete em nosso sistema educacional, que preconiza, o conhecimento europeu, com todos seus padrões estéticos, galgado na teoria do quanto mais claro melhor induzindo muitas vezes, nossos meninos e meninas negros e negras a continuarem à margem de possíveis conquistas, e realizações, inclusive ao acesso, permanência e sucesso escolar.

Bem visível no ambiente escolar, o eurocentrismo apresenta-se cotidianamente, de forma tão inexorável que, conscientemente, alguns podem naturalizar e ou justificar a presença dele. E além disto, infelizmente pode-se observar que muitos estudantes negros/as apresentam baixo rendimento, no ano/série, que está matriculado e na maioria das vezes não desejam ir para escola, em grande número motivado pela possibilidade de emprego e poder consumista que atrativamente, se é tentado, a ter considerado nossa sociedade, classista, excludente e preconceituosa.

Segundo Pierre Bourdieu (2003), a ausência de capital cultural é fundamental para que se configure esta realidade, sendo, portanto, que a questão racial é um fator na maioria dos casos de impedimento ou dificuldade ao acesso, sucesso e permanência dos alunos negros.

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital e um certo ethos, um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir

entre as coisas, as atitudes face ao capital cultural e a instituição escolar. A herança cultural que difere sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente pela taxa de êxito (BOURDIEU, 2003).

Portanto a ideia que todo aluno depende somente de seu esforço para conseguir êxito escolar, não reflete a realidade diante do contexto em que se encontra os estudantes negros e negras inseridos no processo de educação de nosso país eis então que o discurso que defende a meritocracia se constitui em uma falácia. Sem nenhuma dúvida o entendimento que as implicações da prática escolar, face ao racismo e a meritocracia, apresentam seus efeitos nocivos à população negra sobretudo considerando o processo de escolarização

Ainda tem que se considerar no bojo de uma educação que se quer antirracista o mito da democracia racial uma narrativa falaciosa de que no Brasil todos vivemos muito bem a partir de uma miscigenação que se deu prazerosamente entre a população negra e a população branca. Sabe-se que essa mistura não foi “gostosa” pelo contrário, a maioria se deu de forma abrupta e violenta em estupros mesmo.

Certamente a “harmonia do povo miscigenado”, permeia muitas ações realizadas no contexto escolar. Muitos ainda constroem narrativas no famigerado discurso que somos todos iguais. De acordo com Kabengele Munanga (2003) o mito de democracia racial⁹ bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de ação afirmativa e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

Nunca fomos iguais em acesso aos direitos, sabemos disso, mas a educação escolar antirracista pode contribuir para mudança desse paradigma.

⁹ o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiras e brasileiros, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações do nosso racismo à brasileira, por causa de suas peculiaridades que o diferenciam das outras formas de manifestações de racismo acima referidas. Além disso, ecoa dentro de muitos brasileiros, uma voz muito forte que grita; “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Essa voz forte e poderosa é o que costumamos chamar “mito de democracia racial brasileira”, que funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Assim fica muito difícil arrancar do brasileiro a confissão de que ele é racista. (MUNANGA,2018, p.1) https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf

5 O CAMINHO SINUOSO DA PESQUISA

Além de todo itinerário bibliográfico imprescindível para esse trabalho, utilizamos uma abordagem qualitativa, que ocorreu por meio da aplicação de questionários, tanto na forma online, quanto na forma impressa direcionada aos professores/as, profissionais da educação e alunos da rede estadual e municipal de Mandaguari.

A princípio, seria utilizado o Grupo Focal (GF), como metodologia da pesquisa, pois o que se pretende é identificar as percepções, sentimentos, atitudes e posicionamentos dos participantes das E.M. a respeito das ações depreendidas em prol de uma educação para as relações étnico raciais ou, infelizmente, para a manutenção de práticas racistas. Nesse sentido, o GF seria a abordagem mais adequada para o trabalho já que: Grupo focal é uma técnica de pesquisa de caráter qualitativo que pode ser utilizado na pesquisa em ciências sociais com rendimentos muito promissores quando o objetivo do pesquisador/a é conseguir a opinião emitida por agentes sociais selecionados em determinados cenários investigativos. (DOURADO, p. 3, 2016)

O grupo focal é a realização de reuniões de pessoas que dialogam sobre um tema em particular, apresentado por um moderador/a, recebem estímulos apropriados para o debate e a discussão sobre o tema. Essa técnica distingue-se por suas características próprias, principalmente pelo processo de interação grupal numa vivência de aproximação que permite que o processo de interação se desenvolva, favorecendo trocas, descobertas e participações comprometidas com a pesquisa. Foi também motivo de escolha o G.F porque proporciona descontração aos participantes para que possam responder as questões, dialogando em grupo, e não apenas respondendo um questionário com respostas por vezes mecânicas e engessadas.

No entanto, mesmo que a metodologia a ser utilizada não seja o GF o propósito de entrevista ou relato oral justifica-se pela obtenção da contribuição que os membros das Equipes Multidisciplinares, possam dar a partir das informações sobre o que pensam e seus posicionamentos acerca das tensões percebidas, na execução dos encontros previamente sistematizados para equipe, além das impressões das relações captadas no interior da escola que contribuem para investigação que propomos.

Além disso, é um método preponderante na pesquisa por permitir ao pesquisador um exercício de examinar as diferentes análises e reações das pessoas quando debatem um tema e tem suas afirmações questionadas. É possível também explorar como os fatos são articulados, censurados, confrontados e alterados por meio da interação grupal e, ainda, como isto se relaciona à comunicação de pares e às normas grupais que se dão muitas vezes simbolicamente.

Devido ao momento pandêmico, que nos solicita isolamento social, dentre outras demandas como trabalho remoto, por conta do vírus covid-19, os grupos focais, com pesar, foram substituídos por outro instrumento de pesquisa.

Apesar da possibilidade de realização do G.F. via reuniões online, devido às demandas impostas por um contexto social inédito para nós e o tempo que urge, a técnica que pareceu mais adequada ao momento foi a aplicação de questionários online. A proposta de realização do grupo focal, por meio de reuniões online foi feita, para um grupo de pessoas que trabalham na mesma escola onde atuo, mas não teve adesão, somente uma professora deu resposta positiva.

Para exemplificar, o parágrafo acima, convidei os membros da Equipe do ano anterior, 2019, para que possam participar dessa abordagem metodológica, com o compromisso que é devido. O retorno foi um relato informalmente enviado. Esse relato apresenta indicativos animadores, pois a professora, participante da EM, que até então se demonstrava resistente às questões étnico raciais e que apresentava inclusive uma narrativa bastante eurocentrada, arraigada nos princípios da democracia racial e meritocracia, pontua a necessidade da Equipe Multidisciplinar como um espaço de rever preconceitos e envidar esforços na construção de uma educação antirracista, rompendo com os padrões pautados no racismo. Essa professora faz um relato da experiência, por exemplo, da palestra que a Prof. Dra Marivânia Conceição Araújo fez para essa Equipe que a fez buscar os textos por ela citados e com isso rever posturas que ela diz, inclusive, se vergonha de ter tido, palavras dela: “Temos que aprender para contar a história do jeito certo! ”

A baixa adesão dos participantes das Equipe Multidisciplinar frustrou a expectativa do que se esperava desenvolver para essa pesquisa, pois a metodologia precisou ser revista e substituída.

Além disso, diante da impossibilidade de reuniões com os profissionais da educação, devido à não existência no ano de dois mil e vinte das Equipes Multidisciplinares na rede estadual do Paraná, o objeto da pesquisa não se restringiu apenas aos membros da equipe inexistente, estendeu-se essa pesquisa para todos os profissionais da educação do município de Mandaguari, ou seja, profissionais que atuam na rede estadual e na rede municipal. Nesse sentido, o que poderia ser apenas frustrante, despontou como a possibilidade de fazer uma pesquisa acerca das relações raciais ainda mais abrangente.

Apesar da mudança na técnica, que julgava-se fundamental para análise pretendida nessa pesquisa, espera-se que as respostas aferidas nos questionários online, forneçam uma visão, ainda que um pouco “engessada”, visto que as respostas estão relacionadas apenas às perguntas sem que tenha havida uma conversa e a possibilidade de ampliar as respostas dadas,

para que se possa inferir sobre o que chamamos de cultura escolar e que por consequência seria o ponto nodal para a participação dos membros na Equipe Multidisciplinar e as práticas pedagógicas escolhidas para o tratamento das questões sobre diversidade nas escolas estaduais e municipais de Mandaguari e as relações que nesses espaços se estabelecem. Pois concordando com Robert Jarry Richardson et all, (2015, p.89) “a informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo.”

Considerando que nas respostas dos questionários tivemos somente uma resposta referente ao profissional da Educação que exerce a função de Agente I (profissionais de zeladoria, cuidado e manutenção do prédio e cozinha), resolvemos ir mais uma vez a campo e entregar questionários impressos a esse grupo de profissionais.

Fomos até o Colégio Estadual José Luiz Gori e na Escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira. Pois são escolas próximas e sabemos que o Paraná adota sistema de georreferenciamento para efetivar as matrículas dos alunos, durante toda a educação básica.

O Sistema de Georreferenciamento consiste em encaminhar os alunos da rede pública à escola estadual mais próxima de sua residência. Esse mapeamento de escolas e residências é realizado através da conta de energia elétrica, sendo que os postes de luz são georreferenciados. Com o sistema, é possível identificar alunos e escolas, localizar residências e vagas escolares e relacionar moradias e critérios de proximidade para garantir as vagas.¹⁰

Os dados coletados e analisados nos orientam quanto as “normalidades” percebidas no contexto escolar que, conforme a leitura utilizada para essa pesquisa, favorecem práticas racistas. Mas para além disso, que seja possível apontar as possibilidades, de uma prática educacional assertiva, equânime no sentido de fortalecer a atuação dos profissionais da educação numa prática em que todos sejam vistos como pessoas em formação independente da sua ancestralidade e cor de pele. É um trabalho que tem por desafio interpretar o discurso e a prática pedagógica, tendo como horizonte a implementação Lei 10639/03. Nesse sentido, os questionários são interessantes já que “são instrumentos em que as perguntas ou afirmações apresentam categorias ou alternativas de respostas exatas e preestabelecidas. O entrevistado deve responder à alternativa que mais se ajusta às suas características, ideias ou sentimentos.” (RICHARDSON et all, 2015, p. 191)

O questionário elaborado para essa pesquisa, é composto vinte e três questões sendo dezenove perguntas fechadas e quatro perguntas abertas. De acordo com Danilo Torini, o questionário online:

¹⁰ <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=738>

Trata-se, em termos gerais, de um tipo específico de questionário enviado/recebido e preenchido pelos respondentes por meio da internet. Assim como um questionário em papel recebido pelo correio, o questionário on-line deve ser respondido e, de alguma forma, reenviado pelo respondente ao pesquisador, com a diferença de que tudo isso é feito eletronicamente (TORINI, 2016, p. 55).

A plataforma escolhida para esse trabalho foi a Google formulário que é a plataforma mais utilizada para a construção de formulários e questionários on-line. Apesar de ter um número restrito de ferramentas para a elaboração dos formulários e poucas opções de formatação. É uma ferramenta bastante procurada devido sua gratuidade e a aplicabilidade irrestrita de questionários.

Para a segunda coleta de dados, aplicada de forma presencial na escola fizemos a entrega dos formulários impressos e aguardamos as respostas in loco. Nessa abordagem conseguimos o retorno de dezessete formulários.

E por último, porém não menos importante, entregamos questionário online aos alunos do 3º ano do ensino Médio do Colégio Estadual José Luiz Gori.

Portanto nossa pesquisa conta com a participação de noventa e seis pessoas nos dando subsídios importantes para inferirmos sobre educação das relações étnico raciais em Mandaguari.

De posse dos desdobramentos dessa parte metodológica espera-se encontrar, respostas que vislumbrem caminhos de desconstrução, de paradigmas eurocentrados. Mas, devido ao momento que estamos, acredita-se que terão muitas respostas preconceituosas e classistas e, talvez se essa pesquisa tivesse sido feita há quatro anos atrás, não apareceriam, pois vivemos um período em que pessoas reverenciam pensamentos com características nazistas, supremacia branca, e até tem-se percebido o aumento de grupos neonazistas no Brasil o que corrobora para a manutenção da estrutura racista.

De acordo com Pedro Calvi (2020) em documento entregue à ONU, sobre Covid 19 e racismo estrutural no Brasil:

Segundo mapeamento realizado pela antropóloga Adriana Magalhães Dias, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), existe no Brasil cerca de 334 células nazistas ou neonazistas no Brasil, com cerca de 5 mil integrantes ativos e 200 mil simpatizantes. A pesquisadora ressalta que, se houvesse uma conspiração neonazista grande no Brasil hoje, seriam pelo menos 600 pessoas dispostas a cometer crimes graves. Para o grupo reunido pela presidência da CDHM no dia 30, “esses acontecimentos têm aproximado o país de um cenário extremista e antidemocrático, de ataque à liberdade de imprensa, além de desinformação quanto ao que representou o nazismo na história mundial”.... O ofício cita alguns exemplos. No dia 2 de abril de 2019, em visita

ao Centro Mundial de Memória do Holocausto, em Israel, Bolsonaro afirmou não ter dúvidas de que o nazismo era um regime de esquerda. Na madrugada do dia 24 de dezembro de 2019, a sede de uma produtora de vídeos de humor foi atacada com uma bomba. Um grupo neofascista, intitulado Comando de Insurgência Popular Nacionalista, reivindicou a autoria do ataque. Em 16 de janeiro de 2020, o então Secretário da Cultura do Governo Federal, Roberto Alvim, publicou um vídeo institucional de divulgação de um concurso nacional de artes, parafraseando trechos de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha nazista entre 1933 e 1945, ao som da ópera “Lohengrin”, de Richard Wagner, uma das preferidas de Hitler. Em maio de 2020, o Presidente da República compartilhou nas redes sociais um vídeo institucional de combate à pandemia que contém a frase “O trabalho, a união e a verdade nos libertará”. A semelhança com o lema nazista “o trabalho liberta” foi apontada pela mídia e condenada pela Confederação Israelita do Brasil, pela Congregação Israelita Paulista e pelo American Jewish Committee. Na madrugada do dia 30 de maio, o grupo “300 do Brasil” marchou com tochas, roupas pretas e máscaras para frente do Supremo Tribunal Federal (STF), copiando uma estética da Ku Kux Klan. Na noite do dia 13, o grupo “300 do Brasil” lançou fogos de artifício em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF) (CALVI, 2020, p.2).

A citação é longa, mas indispensável para que você possa situar-se acerca dos absurdos que incorremos, na cansativa demanda de lutas travada pelo povo negro possibilitando, até aqui, muitas conquistas, que se estão ameaçadas devido aos retrocessos, que o cenário político atual apresenta.

Sequenciando nosso trabalho, faremos um pequeno relato situando o/a leitor/a sobre o recorte geográfico dessa pesquisa que acontece em Mandaguari-Paraná.

6 ENTRE LOVAT, ABELHAS E RIACHO: O NASCIMENTO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

Mandaguari é uma cidade localizada ao Norte do Paraná, acerca de 400 km da capital Curitiba. E no que diz respeito à burocracia do estado sobre Educação, ela está jurisdicionada ao Núcleo Regional de Educação de Maringá.

Figura 1-Símbolo de Mandaguari



Fonte:<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mandaguari.html>

a) Dados sobre Mandaguari

Conforme geógrafo Nilo Bernardes em 1937, com o nome de Vila de Lovat, a cidade era subordinada administrativamente a Londrina; em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei no. 199, foi elevada a distrito judiciário (já com o nome atual Mandaguari), passando a integrar o Município de Apucarana e recebendo parte do território do distrito de Caviúna; a Lei estadual nº.2, de 10 de outubro de 1947, elevou-o à categoria de Município, constituído pelos distritos de Mandaguari (sede), Marialva, Maringá e Paranaíba. Esses três últimos, por força da Lei estadual 790, de 14 de novembro de 1951, desligaram-se de Mandaguari, elevados que foram à condição de Municípios, o que reduziu a constituição da Comuna somente ao distrito-sede. Assim permanece por ocasião da divisão territorial fixada em 31 de dezembro de 1958.

Mandaguari é sede de Comarca de 3ª Entrância.

Durante a Segunda Guerra, as cidades que tinham o nome de origem alemã foram substituídas. Por acharem que Lovat era de origem germânica, o patrimônio de Lovat teve o nome alterado para Patrimônio Mandaguari.

O nome Mandaguari tem origem indígena, que designava uma espécie de abelha existente na região. Mas a atribuição desse nome, deveu-se, provavelmente originado do nome do ribeirão que delimitava com Jandaia do Sul. De acordo com Silvana Rodrigues Malheiros Huss.

Fontes e Biachini (1987), pesquisadores que tiveram acesso aos primeiros mapas do povoado de Vitória, afirmam que consta um ribeirão com a denominação de Mandaguari; alguns colonos afirmaram que o nome é de origem indígena, designando uma espécie de abelha encontrada na região; outros mapas apresentam a denominação Barbacena. Fontes e Bianchini (1987) defendem que a definição mais acertada da origem da denominação do município se deve a um ribeirão chamado Mandaguari. (HUSS, 2012, p. 221).

Em relação ao seu território e ambiente, conforme pesquisa no site o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹, o município apresenta 50.3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 92% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 64% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 105 de 399, 187 de 399 e 41 de 399, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2218 de 5570, 1281 de 5570 e 155 de 5570, respectivamente. Em relação à população, conforme último censo, está estimada em 34.515 pessoas.

¹¹ site <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mandaguari/pesquisa/10058/60027?tipo=ranking>

Figura 2 Mapa de Mandaguari



Fonte: <https://www.researchgate.net>

Conforme censo escolar de 2018, em Mandaguari tem trinta unidades escolares sendo: 13 Centro de Educação Municipal Infantil (CEMEIS), 13 Escolas de Ensino Fundamental, (anos iniciais e finais) e 04 Escolas de Ensino Médio. Quanto ao número de professores, 99 estão na Educação Infantil, 218 no Ensino Fundamental e 118 no Ensino Médio, vale lembrar que se forem humanizados os números a quantidade de docentes reduz-se porque a maioria dos professores fazem dobra de padrão, portanto são quantificados duas vezes. Quanto ao número de alunos, matriculados conta-se: 1827 na Educação Infantil, 3804 no Ensino Fundamental e 1193 no Ensino Médio.

De acordo com o censo de 2010, as pessoas alfabetizadas no município somam um total de 28.585, sendo que pelo quesito cor/raça esse universo se distribui da seguinte forma: 298 amarelas; 19.617 brancas; 19 indígenas; 7.634 pardas e 1.017 pretas.

B) Educação para as relações étnico raciais, conforme plano municipal e Projeto Político Pedagógico das escolas Dr. Ary da Cunha Pereira e Bom Pastor

Com vistas às questões étnico raciais e a efetivação da Lei 10639/03, depois de 17 anos, o então vereador da câmara municipal Sr. Sebastião Alexandre Silva (MDB), elaborou projeto de lei para que fosse instituído nessa cidade a Semana da Consciência Negra, e conforme a

súmula: reconhecendo o dia 20 de novembro “como data comemorativa ao povo negro de Mandaguari”. O projeto foi aprovado e desde 30 de abril de dois mil e vinte está instituído a Semana da Consciência Negra.

Conforme o projeto de Lei nº 014/2020 Mandaguari- Paraná, são objetivos da Semana da Consciência Negra:

Difundir a influência dos usos e costumes da cultura negra; promover a consciência da importância dos estudos históricos e contemporâneos da vivência negra na sociedade; desenvolver o mútuo respeito entre brancos, amarelos, pardos, negros e indígenas; promover campanhas, eventos educativos nas escolas Municipais e festival de encerramento, incentivando a participação dos alunos e munícipes, buscando o fortalecimento do tema (SILVA, 2020, p.2) .

A instituição dessa lei ecoa como algo importante à luta e resistência do povo negro, parece ser mais um horizonte possível para aqueles que buscam e fazem da educação uma possibilidade para abalar a estrutura racista.

Para situar a educação das relações étnico raciais em Mandaguari, além do questionário online, foi analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP) de duas das escolas municipais do ensino fundamental, para que fosse possível investigar o registro formal dessa prática.

Os PPPs das instituições escolares, na rede municipal, seguem o mesmo padrão de redação e narrativas.

A análise do PPP da escola Municipal Bom Pastor que atende em torno de 320 alunos entre cinco e doze anos de idade aponta para uma educação que privilegia o conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social, utilizando para isso os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização.

A escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira conta com 190 alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos e 52 alunos de Educação Especial, sendo duas Classe Especial para os alunos com necessidades educativas especiais, uma Sala de Recursos Multifuncionais, um Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Visual e uma Sala de Recursos Multifuncional Altas Habilidades-Superdotação

Além disso, fica evidente a preocupação com uma educação que cumpra seu papel, levando em consideração as diferenças e convívio livre de discriminação, porém sem fazer menção ao recorte racial, nessa parte introdutória do documento, ao seguir com a leitura verificamos que a menção à questão racial, se faz presente, exclusivamente na parte destinada

à sessão 3.7 “Proposta de Trabalho sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, e Questões sobre a Diversidade Escolar”.

Partindo das exigências sociais, faz-se necessário uma maior reflexão sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa de qualquer forma de discriminação, a importância da solidariedade e o respeito mútuo. A escola, então, deve incumbir-se de propiciar aos alunos o desenvolvimento de capacidade para poderem vivenciar as diferentes formas de inserção sócio-política e cultural, assumindo-se como um espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. (PPP, 2017, p. 17)

Caminhando pela leitura desse documento que direciona todo o encaminhamento pedagógico da unidade escolar é interessante registrar a similaridade, nas duas instituições escolares, sendo que as diferenças se dão, nas questões situacionais, como por exemplo, número de aluno, espaço físico, dentre outros, no campo conceitual ou seja no campo das ideias que dão o tom na educação desse município os documentos são muitos similares, por isso ao analisar uma escola, pode-se dimensionar as demais.

E em relação a aplicabilidade da Lei 10639/09, nas práticas pedagógicas que ao menos versam por uma educação antirracista, o PPP destina uma pequenina parte intitulada: “Proposta de Trabalho sobre a temática História e cultura brasileira e africana e indígena, e questões sobre a diversidade escolar. ” Nessa seção do documento é citado o artigo 26 da LDB 9394/96 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Feito essa demarcação legal o documento prevê como serão trabalhados esses conteúdos em sala de aula:

Podemos ressaltar que os trabalhos sobre o tema na escola serão através de: Propor novos conhecimentos, fornece novas informações, questionamentos do dia a dia escolar; textos informativos, desenvolvendo atividades com diferentes fontes de informações em jornais, revistas, filmes, visitas, passeios. Construção com aluno de resumo oral, em forma de textos, gráficos, linha do tempo, murais, danças, comidas, vestimentas, instrumentos utilizados no trabalho, nas danças; trabalhar em datas comemorativas como dia do trabalho e 13 de maio- dia da libertação dos escravos; dia da consciência negra e etc. (PPP, 2017, P. 189)

Um aspecto que chama a atenção, apesar de na citação acima a folclorização se faz presente, sobretudo quando se considera que 13 de maio é uma data a ser comemorada, e que o dia do trabalho deve ser relacionado ao povo negro, talvez porque parta-se da ideia que o

Brasil foi construído pelo povo negro, a citação abaixo que finaliza essa seção do PPP, que diga-se de passagem tem apenas um parágrafo, com indicação de como serão tratadas as questões étnico raciais na escola, a finalização dessa seção é uma citação que fica bem marcada a situação de marginalização e minorização a que foi submetida o povo negro após abolição.

Além de sermos uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, a abolição foi realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra do país. |As políticas cultural e educacional são exemplos importantes deste esforço, onde nós encontramos uma constante “folclorização”, simplismos, desprezo e perseguição à cultura africana e afrodescendente (CUNHA, 2008, p. 7 apud PPP 2017, p. 189)

É notório que o documento cumpre o rito de prever que questões étnico raciais sejam tratadas na escola, mas é nítido também as inconsistências tanto no planejamento das ações, quanto na execução das mesmas, como se pode verificar o documento de maneira bastante sucinta, cumpre o protocolo mas as ações ficam a cargo do professor de cada turma e aí a prática vai depender da vontade e interesse de cada professor porque desconhecem e ou porque não concordam com essa perspectiva para refletir sobre as relações raciais no Brasil. Como se poderá perceber nas respostas aferidas nos questionários, muitos ainda veem a questão do racismo como um problema do negro, e não da sociedade brasileira.

A leitura da redação do texto contido nos PPPs das duas escolas municipais revela que a a Lei10639/03 está assegurada no documento regulador, porém o texto referente à Proposta de Trabalho sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, e Questões sobre a Diversidade Escolar é idêntico nas duas escolas.

Figura 3- Recorte do PPP das duas Escolas municipais analisada

3.7. *Proposta de Trabalho sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena, e Questões sobre a Diversidade Escolar.*

Para promover a releitura da História no mundo africano, sua cultura e os reflexos sobre a vida do Afro-brasileiro em geral, rompendo com o modelo vigente na sociedade brasileira, garantindo a cidadania e a igualdade racial, a lei vigente em si não basta, é preciso que modificamos o ensino aprendizagem para que tenhamos um resultado eficaz, valorizando conhecimentos dessa cultura, fazendo acontecer mudanças necessárias. Assim o artigo da LDB vem garantindo estudo obrigatório deste, contudo.

“Art. 26-A. LDB 9394/96: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Fonte: PPP Escola Municipal Dr. Ary da Cunha Pereira e Escola Municipal Bom Pastor.

7 OS DADOS E ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO ONLINE: A VOZ DE QUEM ESTÁ NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

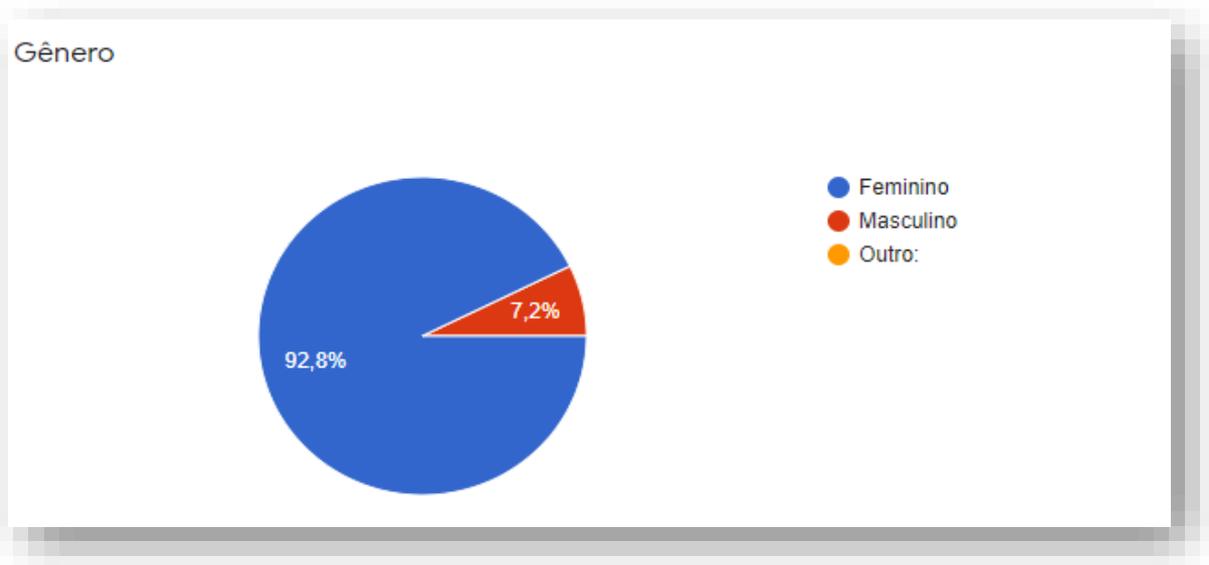
Essa sessão do trabalho trata-se da aferição das práticas escolares mediante a questão racial, implementação das Leis 10639/03 e 11645/08, tanto na rede estadual quanto na rede municipal e particular de educação básica na cidade de Mandaguari.

Para essa construção enviamos às equipes pedagógicas os questionários, que foram disponibilizados por meio de link aos grupos de whatsapps das escolas.

Trata-se da descrição analítica dos questionários, feito num primeiro momento, respondidos pelos profissionais da educação. O retorno desses questionários soma um total de 69 (55%) respostas, o que já demonstra certo desinteresse na totalidade dos convidados em pensarem sobre o tema racial, pois o número de profissionais é bem superior a esse. O total de profissionais das três escolas que compõem esse trabalho somam 126 profissionais.

Sabe-se então de acordo com a pesquisa feita que de um total de sessenta e nove pessoas 52 tem mais de 42 anos de idade; 14 tem entre 31 a 41 anos de idade e um tem entre 20 a 30 anos. Sessenta e duas são mulheres e cinco são homens. A maioria desses profissionais já estão trabalhando na área da educação há mais de 21 anos, apenas duas já estão aposentadas e sessenta e uma são concursadas.

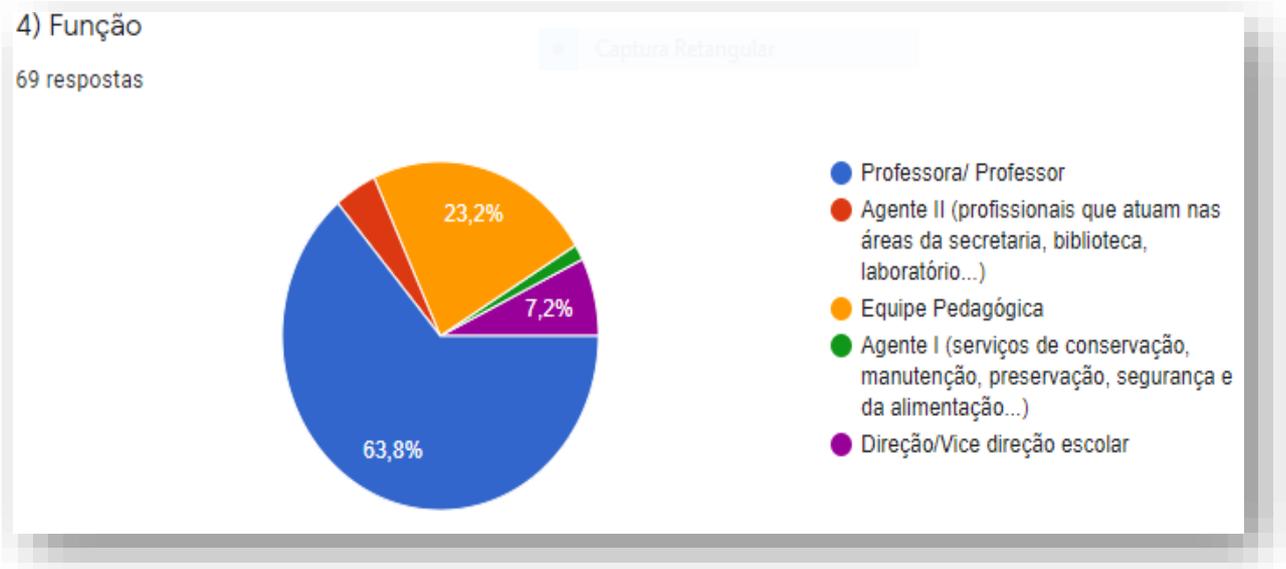
Figura 4: Genero dos/das entreveistados/as



Fonte: Google forms

Quanto à função que ocupam: 42 são professoras; 16 são pedagogas; 05 estão na função direção/vice direção; 03 são agentes II, aqueles profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca, laboratório e áreas afins; 01 agente I profissionais que atuam nos serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação. Diante do número de agente I que responderam ao questionário, surge uma preocupação pois considero pouco para atingir o objetivo proposto.

Figuram 5: Função exercida na escola

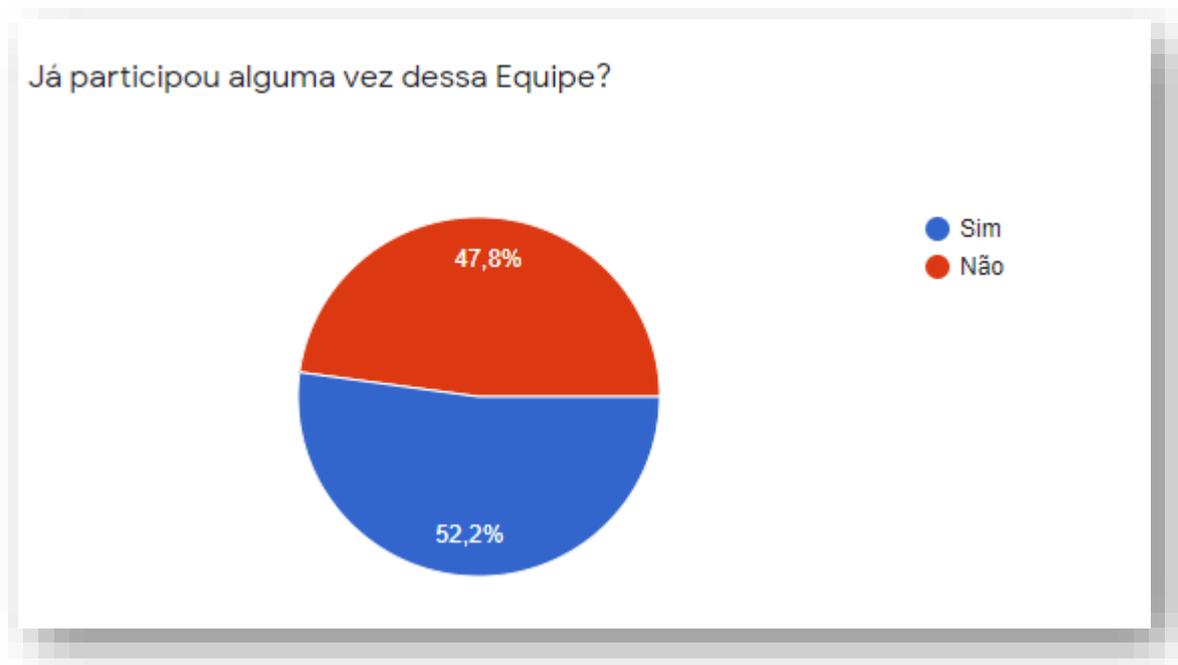


Fonte: Google forms

Fica registrada a frustração mediante dos números! A frustração está no linear de que é sabido, pela própria experiência, que a maioria dos profissionais que ocupam a função de agente I, são de ancestralidade negra porém esse dado empírico pode ser verificado no Relatório Anual das desigualdades raciais, que no mercado de trabalho tendo com ano base 2018: os cargos gerenciais são ocupados por 68,8% de pessoas não negras e 29,9%. E registrar a voz, as impressões desses profissionais que estão em contato direto com os alunos no espaço escolar que transcende a sala de aula é preponderante para essa pesquisa.

Sobre as Equipes Multidisciplinares a maioria dos respondentes sabe do que se trata, apesar de não ser uma prática estabelecida nas escolas municipais. Sobre a participação nas atividades da Equipes Multidisciplinares 32 pessoas nunca fizeram parte da composição dessa equipe.

Figura 6: Participação na equipe Multidisciplinar



Fonte: Google forms

Feito o desabafo, segue-se a análise 58% dos entrevistados conhecem a Lei 10639/03, que implementa o estudo do ensino da história África, e da cultura afro-brasileira nos conteúdos escolares, porém nove respondentes (13%) declaram que não conhecem. E isso surpreende dados quase a maioria dessa lei, bem como todos os esforços demandados para que essa lei fosse efetivada bem como o número de formação docente voltada para as relações étnico-raciais. Vale lembrar que esse momento da análise estamos considerando somente os/as professores/as da rede municipal e estadual de Mandaguari. Esperávamos que todos e todas tivessem conhecimento dessa normativa, e que estivessem engajados para que educação para as relações étnico-raciais fosse uma realidade em nossas escolas.

E conhecer a Lei é fundamental para fazermos uma educação antirracista com vistas à dignidade humana. Podemos afirmar sem medo de errar que essa lei tem como objetivo mais do que efetuar mudanças de perspectiva no ensino dos conteúdos curriculares, ela objetiva, também, colocar em pauta a discussão sobre a dignidade humana¹² população negra brasileira. (FELIPE; SANTOS, 2019, p. 77)

¹² A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Conceção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e independentemente de qualquer outra peculiaridade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. (SARLET, Wolfgang Ingo. Direitos da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 20002, p. 22)

Figura 7- Conhecimento da Lei 10639/03



Fonte: Google forms

Apesar disso 90%, ou seja, a maioria das /das respondentes consideram uma lei 10639/03/03 seja importante na educação dos brasileiros.

Na função que ocupam no contexto escolar 45 (66%) pessoa responderam sim à pergunta se percebem situações de racismo, e 22 (31%) responderam que não.

Figura 8- Percepção de situação de racismo



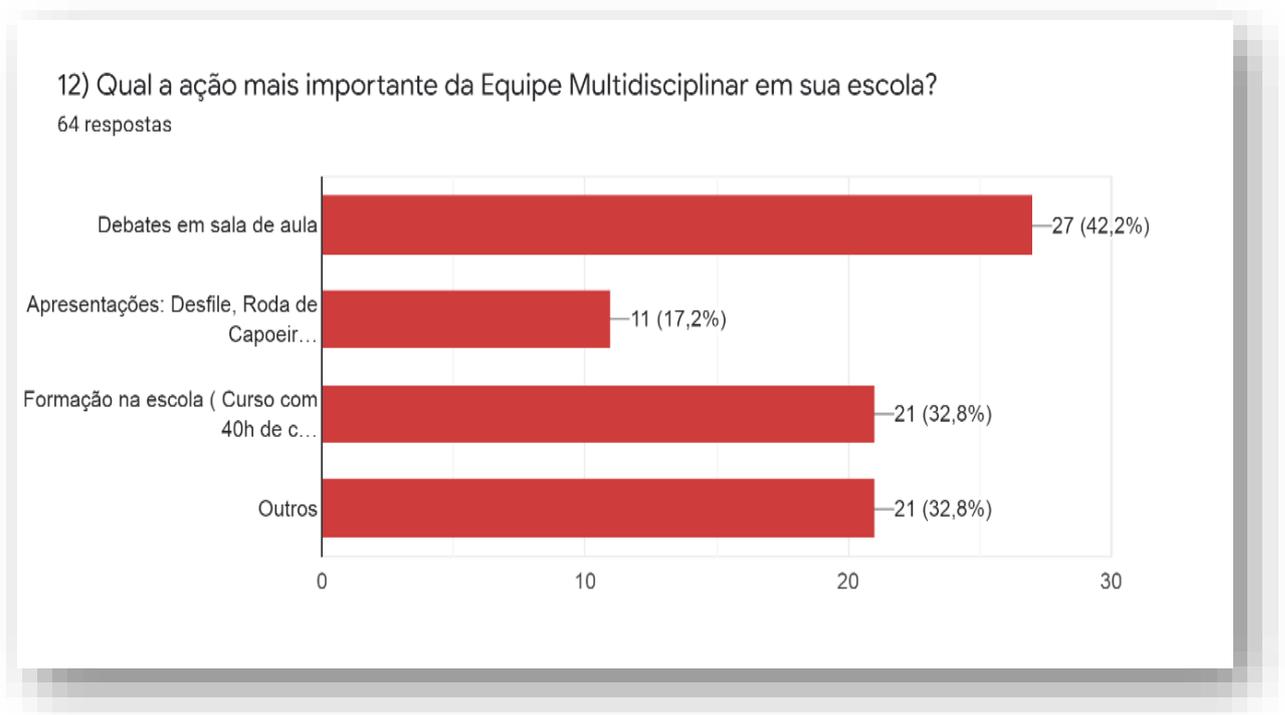
Fonte: Google forms

Sobre o reconhecimento do racismo que incide sobre as relações estabelecidas no espaço de convívio escolar é preponderante pois, Eliane Cavalleiro (2001) alerta que: Ideologias, estereótipos e práticas discriminatórias continuam influenciando nossa realidade. Compreender e reconhecer a desvantagem que constitui o racismo para o desenvolvimento das relações sociais entre negros e brancos constitui uma ação fundamental para enfrentar essa falta de equidade. (CAVALLEIRO, 2001, p. 142)

A maioria dos entrevistados reconhecem que já presenciaram situações de racismo.

Felizmente ninguém respondeu que assuntos como racismo não deveria ser tratado na escola, isso surpreendeu positivamente! Nota-se, portanto, que a maioria dos profissionais assume ou apoia práticas que rumam para uma educação antirracista vem acontecendo nesse município.

Figura 10: Ação mais importante da Equipe



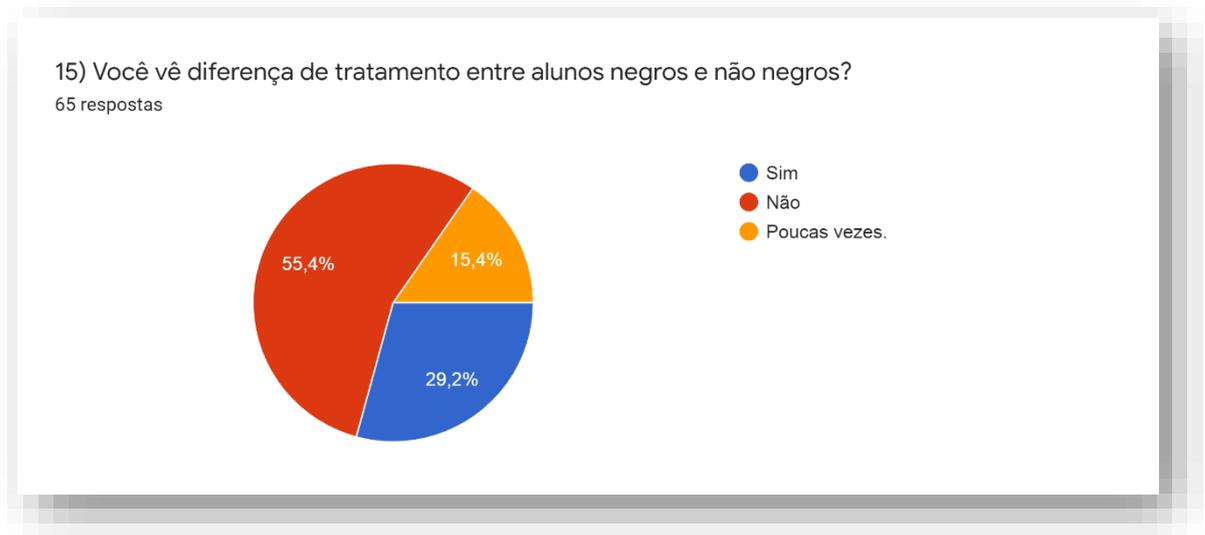
Fonte: Google forms

Evidencia, portanto, que um número importante dos profissionais entrevistados entende a necessidade de um espaço escolar que dê vazão ao pensamento reflexivo e práticas pedagógicas em prol da superação do racismo, conforme Gomes, 2017:

A educação é um campo escolhido para reflexão devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não homogênicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e negras brasileiros. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações de seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo e ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. (GOMES, 2017, p. 24).

O racismo que perpassa todas as dobras da sociedade é perceptível na escola, existe um tratamento desigual conferido a alunos negros e não negros, quem está no interior da escola e reconhece a estrutura racista a que estamos inseridos sabe que isso é inegável, e que essa desigualdade no tratar é por vezes naturalizada, talvez por isso 55% dos entrevistados não percebiam o tratamento desigual entre alunos negros e não negros. No entanto 44,6% percebem tratamento diferenciado, ainda que seja por poucas vezes.

Figura 11: Percepção da diferença de tratamento entre alunos negros e não negros



Fonte: Google forms

“Ao se achar igualitária, livre do preconceito e da discriminação, a escola tem perpetuado desigualdade de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças.” (CAVALLEIRO, 2020, p. 99)

Embora não percebam diferença de tratamento entre estudantes negros e negras 66% dos profissionais revelam que já presenciaram situação de racismo, sendo que seis dos entrevistados presenciaram essa situação por mais de três vezes e 27% respondem que nunca presenciaram situação de racismo na escola. Conforme Maria Aparecida (Cidinha) da Silva, 2001:

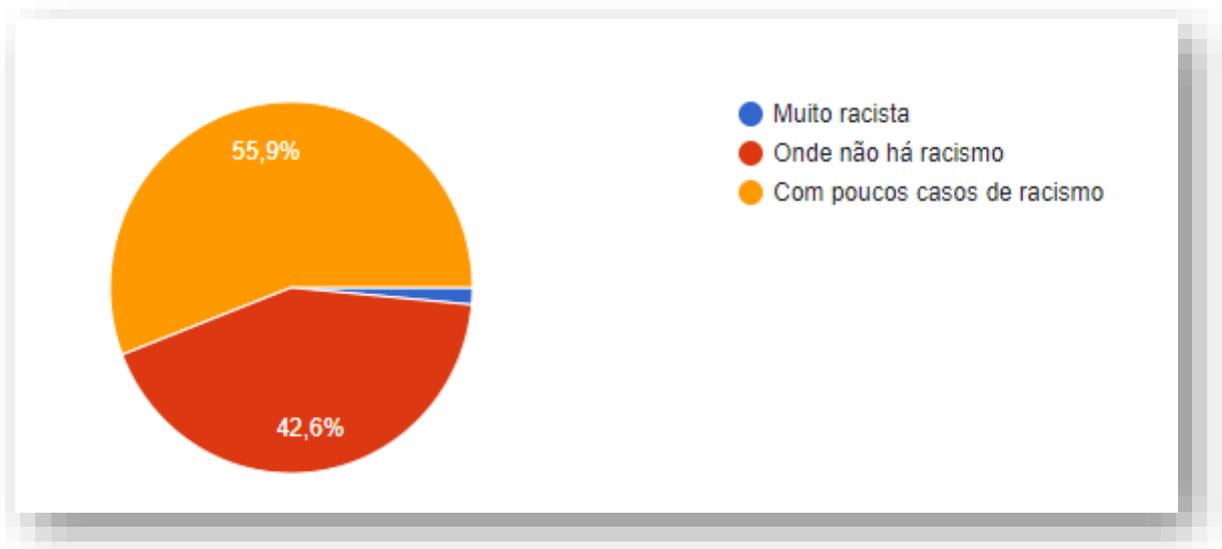
E quanto ao racismo, a primeira dificuldade para defini-lo e assumir sua existência entre nós advém do fato de ele constituir-se uma prática social negativa, cruel e repreensível a qual ninguém, em sã consciência (afora os/as racistas declarados/as) quer se identificar (SILVA, 2001, p. 66).

É necessário reconhecer que racismo se dá muitas vezes, e na maioria das vezes dá-se de forma subjetiva. Ainda conforme Silva, no nível cultural o racismo, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico-racial com relação a outro; ou seja, o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm valor cultural de saberes greco-romanos. (SILVA, 2001, p. 77).

As vezes que captamos reconhecem que o ambiente escolar é racista. Mesmo que 57%

declare que seja pouco racista, enfim fica registrado que a maioria dos profissionais entendem esse espaço social reproduz o preconceito racial existente em nosso país. E isso conforme Munanga e Gomes (2016) revela a existência de um sistema social racista que possui mecanismos para produzir as desigualdades raciais dentro da sociedade. Por isso faz-se necessário discutirmos a superação do preconceito, juntamente com formas de superação do racismo e da discriminação racial. (MUNANGA e GOMES, 2016, p. 182)

Figura 12: Percepção do racismo no ambiente escolar



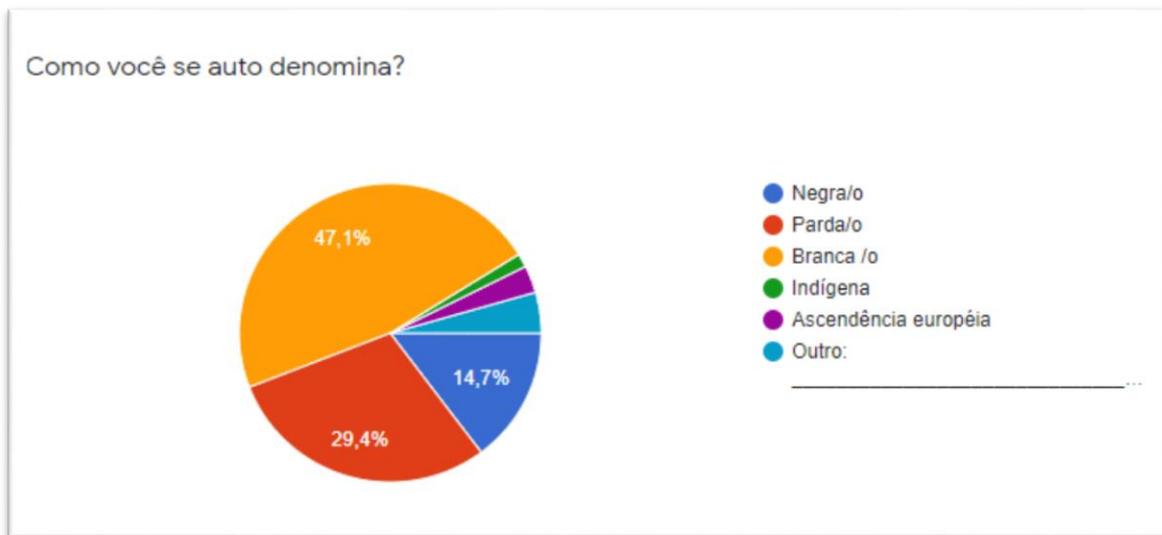
Fonte: Google forms

Dos entrevistados 47% se auto declaram branco/a; 28,8% pardo/a; 15,2% negros/a; 3% de ascendência europeia, e 1% indígena. Portanto temos nesse município uma educação que se faz com a metade dos professores que se autodeclaram brancos pontuando ainda a ascendência europeia, esse dado é importante, pois o fato de não ter a pele negra ocasiona um distanciamento das desigualdade raciais que por vezes pode passar despercebida pelo professor ou ainda ser ignorada pelo fato de o lugar de privilegiado ocupado pela branquitude o de escamotear os efeitos e a percepção do racismo. Nesse sentido vale destacar, concordando com Rossato e Gesser, (2001) que:

É diante do confronto da consciência esbranquiçada que se faz necessário, primeiramente desestruturar sua natureza, suas raízes, suas motivações, sua ideologia para, então promover uma educação autêntica com bases críticas e multiculturais. A fundamentação de relacionamentos saudáveis, dignos e respeitosos começa com confiança mútua. Nesse caso, é um desafio para as

vítimas de assédio racial poder confiar naquele (a) que gera a opressão, pois a experiência branca revela ausência de percepção de sua associação participativa de grupo e é incapaz de ver que a cor branca é atrelada posição de privilégio, porque ser branco na atual conjuntura já é “norma estabelecida”. A compreensão dessa desafortunada e contraditória versão facilita o entendimento de sentenças frequentemente proferidas por pessoas brancas aos “outros”. “Eles bloqueiam o progresso deles mesmos”. Esta noção implica que ser branco significa não ter que pensar sua posição no mundo porque ser branco é a regra (ROSSATO e GESSER, 2001, p. 24).

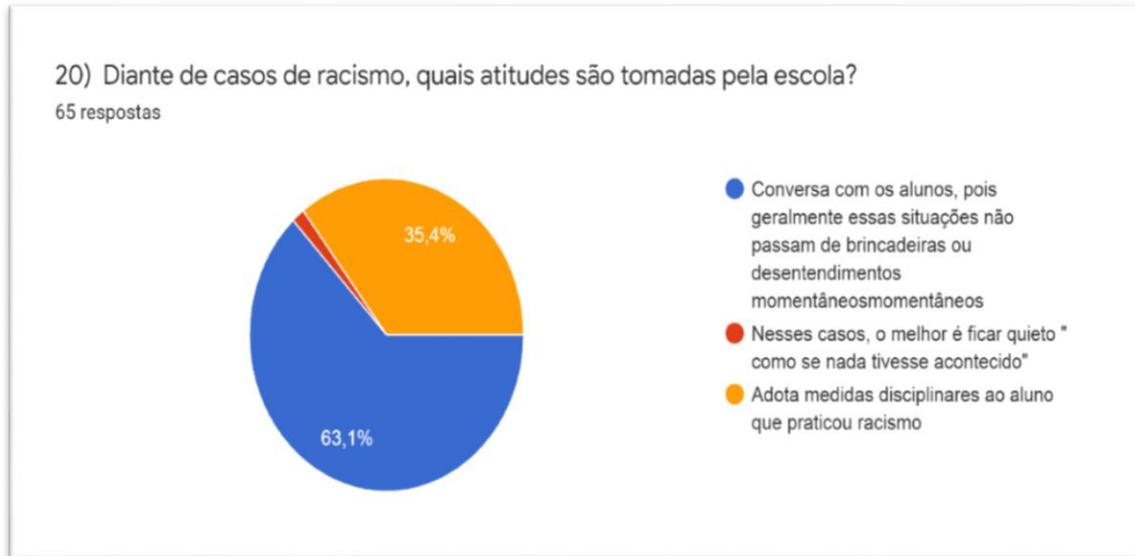
Figura 13: Autodeclaração



Fonte: Google forms

A reflexão que caminha para o final, porém não menos importante revela um posicionamento interessante dos profissionais da educação sobre os conflitos que surgem no interior da escola cuja motivação é lida como racismo.

Figura 14: Atitudes frente aos casos de racismo



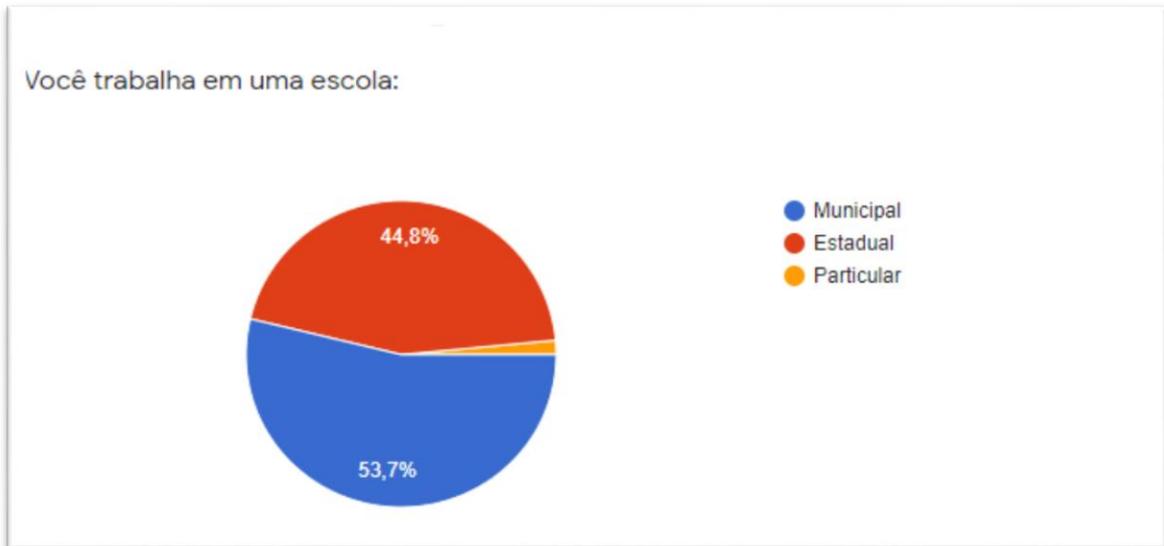
Fonte: Google forms

Nota-se que a maioria dos entrevistados, considera que atitudes racistas podem ser resolvidas ou silenciadas com uma conversa, pois não passam de brincadeiras. Isso denota o quanto a escola ainda reproduz os padrões da sociedade que são racistas.

A dificuldade em lidar com o problema étnico parece dar às professoras a ilusão de que ignorar é a melhor saída. Em resposta aos inúmeros conflitos étnicos, o abafamento surge como uma opção para que o problema desapareça do cotidiano escolar e a sua vítima dele se esqueça. Como se fosse um conto de fadas que, no final, sempre acaba bem. (CAVALLEIRO, 2020, p. 79)

Os dados verificados nos apontam que embora a educação do Paraná esteja estruturada desde 2008 para efetivação da Lei 10639/03 a efetividade das ações é observada de forma tímida, porém são percebidas através dos relatos. No entanto na rede municipal de Educação não se percebeu nas respostas uma estrutura prévia que demarcasse as ações que efetivam a valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Figura 15: Vínculo empregatício



Fonte: Google forms

Sobre a concepção de racismo explicitada na entrevista, vale a pena algumas transcrições sobre o que teorizam, os profissionais da educação do município de Mandaguari, sobretudo as professoras, algumas transcrições demonstram inclusive como se assentam em ideias racistas, pedimos licença para transcrever algumas dessas frases:

“Para mim o racismo é uma atitude presente nas ações humanas que é ensinada aos homens de dependendo do contexto social histórico é perpetuado. ”

“Um “câncer” que precisa ser tratado. ”

Um tratamento diferenciado e desrespeitoso levando em conta a cor da pele. Tudo o que deixa o outro humilhado em relação a sua cor é racismo. ”

“Racismo é a mais pura ignorância que foi inventada para fazer seres humanos sofrerem. ”

“Atitude de negação e agressão contra algo ou alguém que é diferente de mim e que eu não aceito e não respeito. ”

“Sinal que a humanidade não evoluiu em nada e continua separando as pessoas pela cor da pele. ”

“A falta de cultura de um povo! ”

“No cotidiano da sociedade brasileira estão normalizadas frases e atitudes de cunho racista e preconceituoso. São piadas que associam negros e indígenas a situações vexatórias, degradantes ou criminosas. Ou atitudes baseadas em preconceitos, como desconfiar da índole de alguém pela cor da sua pele. ”

“Doença que deve ser tratada”

“A falta de humanidade e principalmente respeito pelo próximo. ” “Diferenciar uma pessoa pela cor da sua pele, mostra o fracasso da humanidade”

“É o ato dos brancos se mostrarem superiores aos negros através da humilhação e outras formas rudes”

“Racismo é uma patologia que precisa ser curada. ”

“É discriminação, preconceito, relacionado a uma diferença social e biológica entre algum povo. ”

“ O racismo não é um processo apenas contra negros, mas qualquer forma de preconceito de raça, etnia, cor... Existe racismo de negro contra branco. Branco contra negro, judeus foram vítimas de racismo. Eu branca, fui muitas vezes vítima de racismo por ter a pele muito branca quando era criança. Isso é racismo. É extenso! ”

“É algo que dói. Mutila é um crime! ”

Dentre todas essas contribuições, verificadas nas respostas fica explícito o quanto temos que falar sobre racismos no meio pedagógico, no contexto escolar, constatamos o quanto as ideias estão distantes da compreensão daquilo que defendemos nessa dissertação, que racismo é uma tecnologia decorrente do processo de colonização, não é doença, não é falta de humanidade, não é algo apenas do indivíduo, é uma característica estruturante da nossa sociedade.

O racismo é uma invenção humana, para dominar humanos, numa senda onde uns são superiores e outros inferiores, conforme Munanga (2010), o racismo, é o crime perfeito pois mata duas vezes!¹³ É algo como descrito acima que dói, que mutila a alma e além as todas as subjetividades, é crime, um crime que mata. Ainda conforme Munanga,2016:

O racismo no Brasil se dá de um modo muito diferente de outros contextos, alicerçado em uma constante contradição. As pesquisas, histórias de vida, conversas e vivências cotidianas revelam que ainda existe racismo em nosso país, mas o povo brasileiro, de modo geral, não aceita que tal realidade exista. Dessa forma, quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a lamentável existência do racismo em nosso país, mais ele se propaga e invade as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros. (MUNANGA, 2016, p. 181)

Além disso fica bem marcado em uma das respostas de uma professora a fala recorrente entre aqueles que não admitem que o racismo é uma forma de opressão contra os negros e um modo da branquitude garantir seus privilégios. Bem como a ideia também recorrente de que o racismo é algo individual, uma doença e não uma característica estruturante da sociedade brasileira. Entendemos que as ideias que pairam sobre o racismo, partem em maioria da ideia do individual e do patológico, não como uma estrutura social.

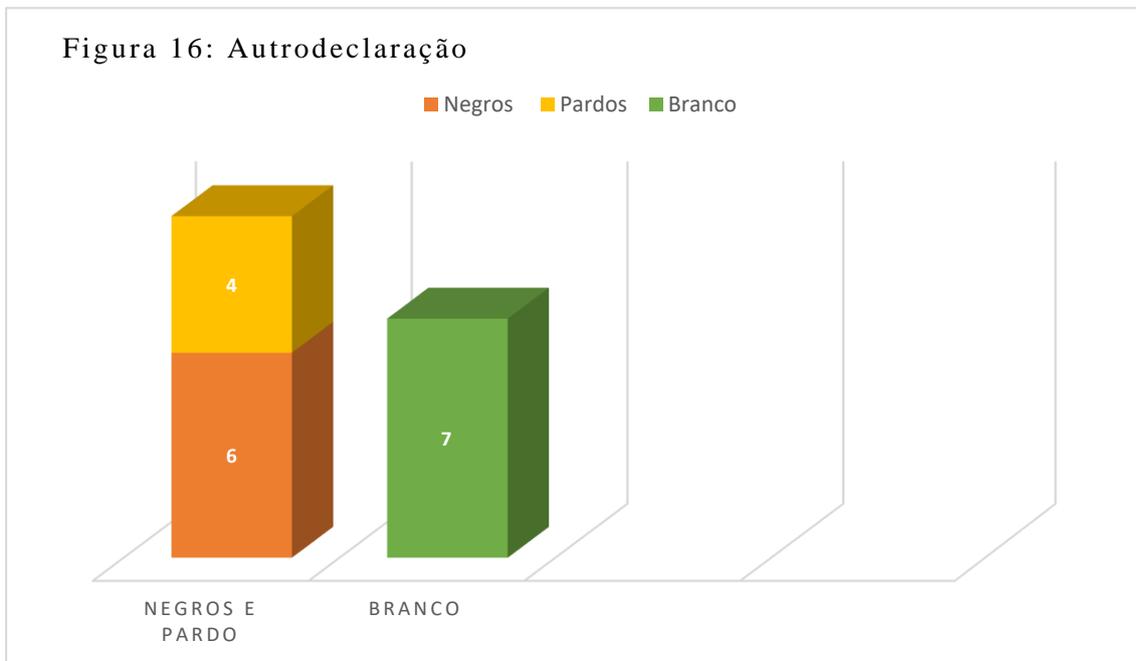
Nesse sentido, é imprescindível ouvir todas as pessoas que compõem o quadro de funcionários da escola, sobretudo aqueles que tem contato com os alunos na área externa à sala de aula e, muitas vezes são os primeiros a lidar com situações de racismo, preconceito ou discriminação que ocorrem no pátio, na entrada e na saída de escola que são os Agente I e Agentes II (profissionais que atuam na secretaria, biblioteca, laboratório...)

¹³ <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>
Nosso racismo é um crime perfeito – Entrevista com Kabengele Munanga.

Para isso, realizamos uma nova aplicação de questionário na forma presencial, com formulários impressos, na primeira semana de fevereiro, do ano letivo de 2021. Um período em que era preconizado o retorno presencial e nesse caso os agentes I e II voltaram ao trabalho presencialmente nos permitindo realizar essa parte da pesquisa in loco.

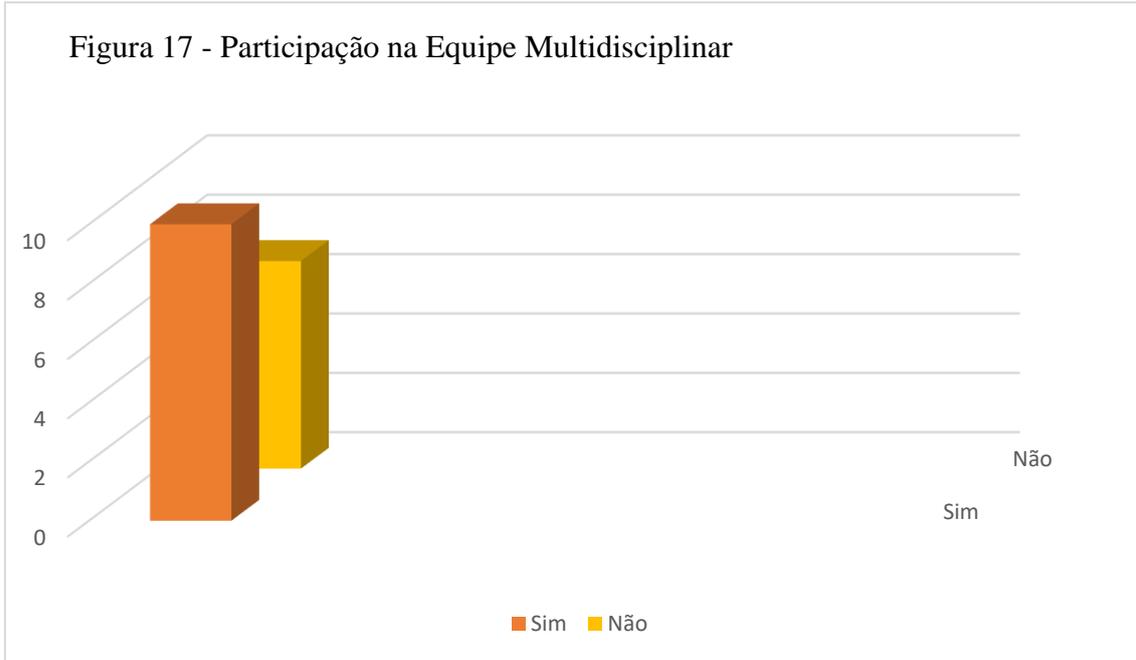
Nessa segunda etapa do trabalho em campo, conseguimos entrevistar dezessete pessoas, sendo cinco da rede municipal de educação e quinze da rede estadual. Aplicamos o questionário nas escolas: Colégio Estadual José Luiz e Gori e Escola Municipal Dr Ary da Cunha Pereira. Nesse grupo de entrevistados apenas dois são Agente II.

As vozes desses funcionários são importantes para construção desse trabalho pois como podemos verificar nos dados coletados certificam o que já esperávamos, a maioria desses profissionais se autodeclararam negras ou pardas.



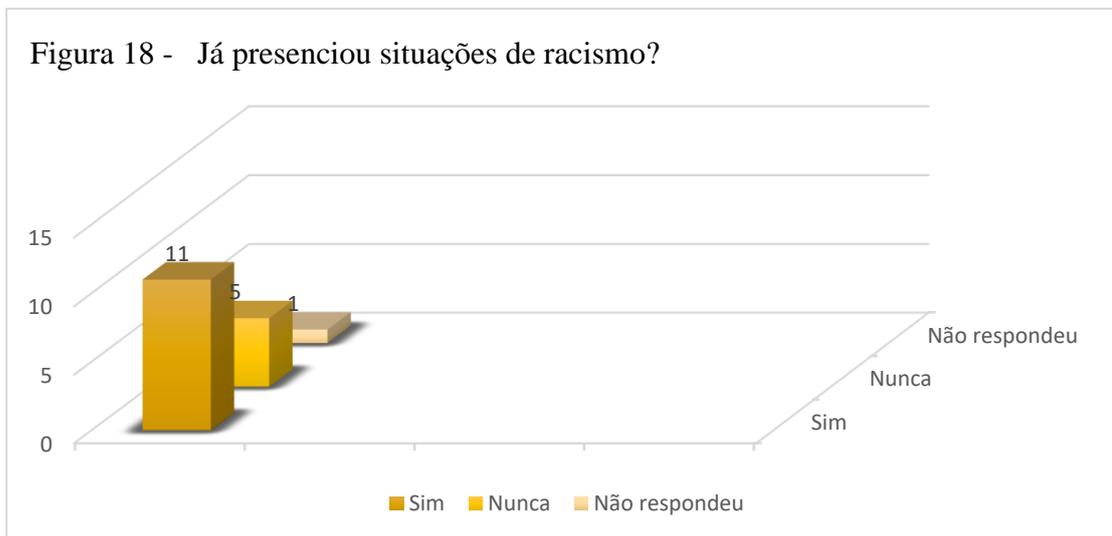
Fonte: A autora

Dentre os participantes, oito não conhecem a Lei 10629/03. E sobre a participação na E. M. a maioria dos entrevistados já participaram dessa instancia colegiada que acontece na rede estadual de educação.



Fonte: A autora

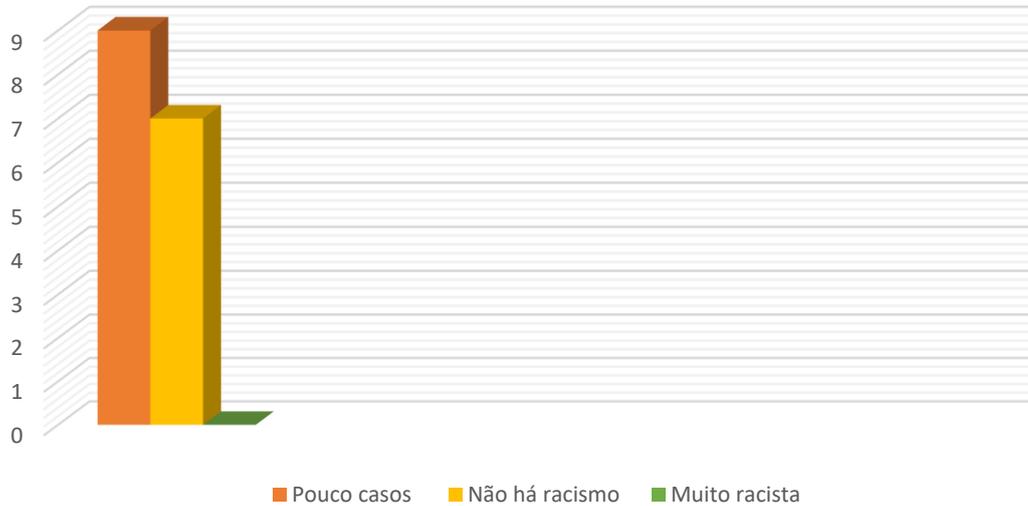
Apesar do número significativo de pessoas que dizem não conhecer a Lei 10639/03, todos consideram o conteúdo sobre História da África e a valorização da cultura afro-brasileira um conteúdo importante para a educação dos brasileiros.



Fonte: A autora

A maioria dos participantes reconhecem que já presenciaram situações de racismo e que a escola onde trabalham é um lugar que em alguma medida reproduz os racismos. Seis entrevistados consideram que na escola que trabalham não há racismo. Porém oito pesquisados reconhecem que há casos de racismo na escola

Figura 19 - Quanto ao racismo: a escola é um ambiente em que verificamos:



Fonte: A autora

Vale a pena transcrever algumas respostas à questão: Para você o que é racismo?

“São pessoas que não aceitam os negros”

“É o preconceito de pessoas que não aceitam a cor diferente.”

“O racismo é um mal que afeta a vida das pessoas, um entendimento ultrapassado.”

“São pessoas que não gostam de pessoas de cor negra.”

“É não aceitar os diferentes.”

Muito interessante notar que as respostas coincidem no quesito aceitação, ou seja, evidenciamos que alguns profissionais, sobretudo aqueles que estão em contato com os/as estudantes, no ambiente que transcende a sala de aula, encaram que o racismo é acontece porque não aceitamos o outro. Sabemos que olhar para a pessoa negra como o outro

Em relação às atitudes tomadas pela escola diante dos casos de racismo: Seis pesquisados consideram que em casos de racismo são desentendimentos momentâneos ou brincadeiras de criança.

Nenhum entrevistado considera a melhor opção ficar quieto, como se nada tivesse acontecido. E adota medidas disciplinares ao aluno que praticou racismo. Não ficar quieto diante das situações de racismo apresentadas pelos alunos, nos traz certa acalanto pois isso significa que estamos sim, no caminho de uma educação antirracista. Pois

As ausências de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos mantem o quadro de discriminação. Diante desses conflitos, o “silêncio” revela convivência com tais procedimentos. Para a criança discriminada indica menosprezo pelo seu sofrimento. E, principalmente, explicita que ela não pode

contar com nenhum apoio em outras situações semelhantes. (CAVALLEIRO, 2001, p. 153)



Fonte: A autora

Sobre as respostas subjetivas sobre o que deve ser feito em casos de racismo, consideramos pertinente a transcrição de algumas respostas. O que deve ser feito em casos de racismo?

“Conversar, explicar e obrigar a pessoa a participar de um grupo multidisciplinar”

“Racismo é um crime e se manter passiva diante de uma violência não deve ser uma opção. Devemos orientar a pessoa a procurar seus direitos.”

“Tomar consciência de não é a cor da pele e sim que somos todos iguais ou seja seres humanos.”

“A lei está aí pra proteger o cidadão.”

“Denunciar às autoridades competentes e fazer com que as leis sejam cumpridas com rigor.”

“Procurar conscientizar o agressor com muita cautela”

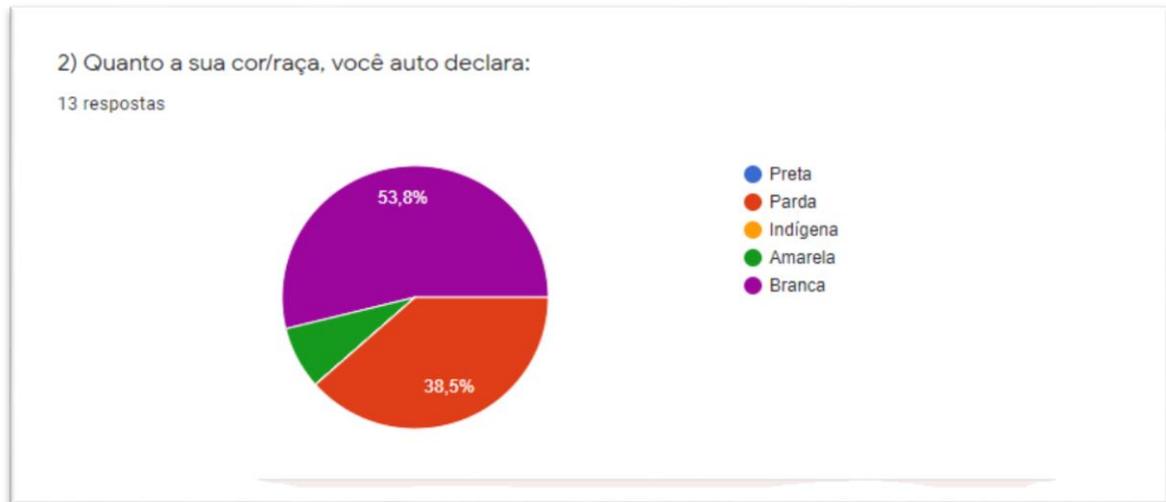
“Orientação e esclarecimentos sobre o que é racismo e suas consequências”

A terceira categoria a ser ouvida sobre as relações étnico-raciais no contexto escolar foram os alunos. O questionário foi disponibilizado à alunos e alunas do 3º Ano C do Colégio José Luiz Gori. Esses alunos representam pessoas que possuem uma trajetória escolar na educação básica, que deveria ser marcada pela efetivação e aplicação da Lei 10639/03.

Dentre os vinte alunos participantes da aula de Língua Portuguesa, treze fizeram a devolução. A diferença nos remete a uma parcela da população de estudantes que sequer tem interesse em participar da pesquisa. Dentre os entrevistados a maioria, tem idade entre 16 e 17 anos. Apenas um/uma estudante tem menos que dezesseis anos.

Quanto a auto declaração, a maioria se autodeclara branca. Sendo sete branca, cinco são pardas e uma é indígena.

Figura 21- Autodeclaração dos/as alunos/as



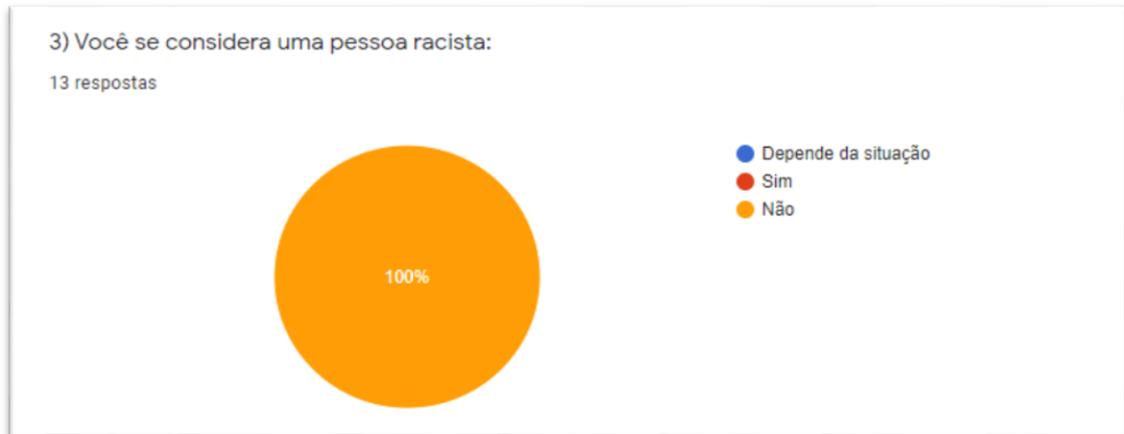
Fonte: A autora

Na sequência olhando esse gráfico seguimos para a pergunta sobre racismo, e o reconhecimento de ser racista. Os alunos respondem como, já era de se esperar que não são racistas, mas que nossa sociedade é muito racista.

A percepção apontada pelos informantes testifica o que a literatura nos aponta que o problema do racismo tem suas nuances mais graves, pois no Brasil, ninguém se reconhece como racista¹⁴.

¹⁴ No Brasil, como diz Kabengele Munanga [antropólogo e professor congolês naturalizado brasileiro], o racismo é um “crime perfeito”, porque, ao mesmo tempo que temos uma sociedade extremamente racista, as pessoas dizem que não são racistas, ou seja, é uma sociedade de racistas sem racistas. As pessoas não falam sobre isso e, se você diz que alguém teve uma atitude racista, há respostas como “imagina, eu tenho um tataravô que era negro” e [o agressor] fica ofendido e não percebe que todos foram criados para serem racistas, da mesma forma que todo mundo foi criado para ser machista. (RIBEIRO, 2016, p.02).
<https://racismoambiental.net.br/2016/02/07/racismo-no-brasil-o-crime-perfeito-entrevista-com-djamila-ribeiro/>. Acesso em 10/03/2021

Figura 22- Você é racista?



Fonte: A autora

Ninguém se considera racista, ninguém se reconhece racista, embora estejam todos os participantes da pesquisa, vivendo em uma sociedade muito racista. Aqui constatamos a negação do racismo. E sabemos que enquanto o lugar de fala for o de negação, pouco se avançará na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais.

Figura 23 – Os brasileiros são racistas



Fonte: Google forms

Diante da pergunta sobre os conteúdos que trabalham a história dos negros na sociedade brasileira a maioria responde que são conteúdos abordados na escola, o que nos leva a inferir

que o direcionamento da Lei 10639/03, as ações da Equipe Multidisciplinar no município de Mandaguari vem acontecendo, porém há ressalvas pois existe um número ainda que de poucos alunos que consideram que esse assunto não é trabalhado na escola, durante sua trajetória escolar na educação básica, que diga-se de passagem chega ao fim esse ano.

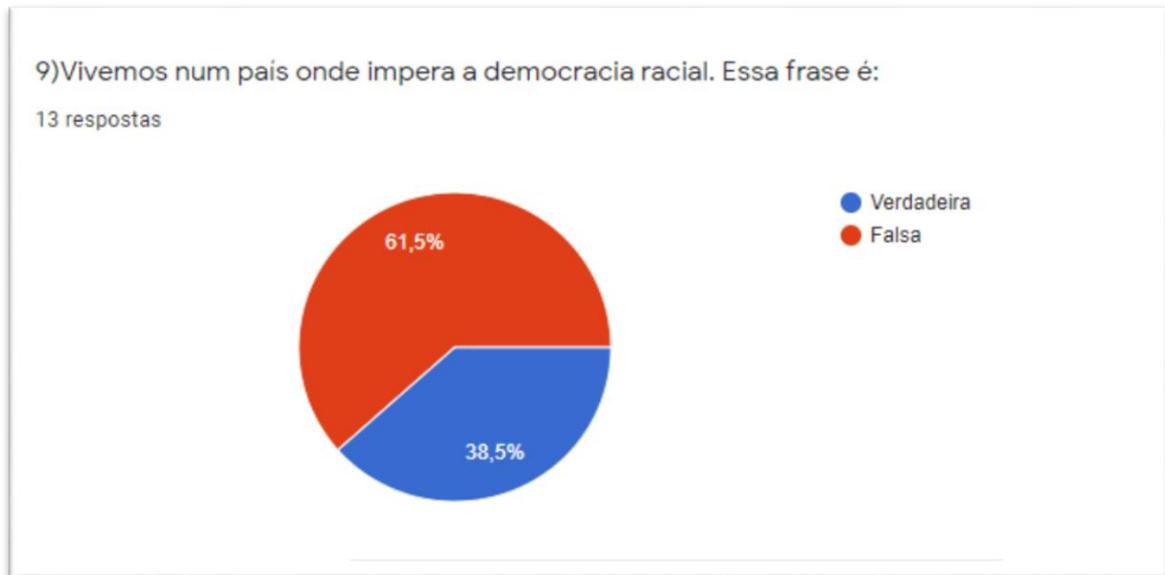
Figura 24- A percepção dos alunos sobre o conteúdo sobre História da população negra.



Fonte: Google forms

A maioria dos alunos manifestam que entendem a falácia do discurso da democracia racial. Portanto reconhecem as condições desiguais para a população negra não negra.

Figura 25- Sobre a democracia racial



Fonte: Google forms

Ao serem questionados sobre o que sabem sobre o racismo, uma pergunta aberta, vale a pena a pena fazer a transcrição do que foi respondido pelos alunos:

“É quando um indivíduo da sociedade desrespeita outro indivíduo por conta da cor da pele

“Racismo é um preconceito com a cor e a raça de uma pessoa, aspectos físicos...”

“Discriminar uma pessoa por ser de uma etnia diferente da sua, etnia, cultura, costumes e etc.

“Racismo consiste no preconceito e na discriminação com base em percepções sociais baseadas em diferenças biológicas entre os povos de diferentes raças (pardo, branco ou preto)”

“Discriminação aos negros (fenotipicamente ou não), isso acontece de forma estrutural no Brasil”

“Quando o indivíduo menosprezar uma pessoa por causa da cor, coloca ela como incapaz de fazer algo ou que ela não tem capacidade de fazer.”

“Racismo é um preconceito contra a cor ou características físicas de uma pessoa

“É uma discriminação entre pessoas de cor e classes diferentes.

“Para mim, racismo é um preconceito com base social que são baseadas em diferenças biológicas, como: cor, raça e língua entre os povos.

“Racismo é a discriminação e do preconceito contra pessoas ou grupos por causa de sua etnia ou cor. discriminação de uma raça.”

“É a constante desigualdade ocorrente entre pessoas pretas e brancas. É o fato de pessoas pretas serem pré-julgadas pela cor da pele. São os atos de violência física e verbal direcionados a elas.

“Racismo é uma coisa que pessoas não desenvolvidas fazem, julgam uma pessoa só pela cor da pele ser diferente, a cada 23 minutos uma pessoa negra morre no Brasil e o que estamos fazendo para mudar isso?”

Constatamos o quanto a ideia de racismo carece de esclarecimentos, pois todos reconhecem como algo ruim, mas não demonstram entendimento da sua amplitude, manifestam a ideia de que racismo é um “defeito” da pessoa e, é mesmo.

No entanto sabemos que não é algo individual, atitudes racistas estão vinculadas à reprodução da estrutura, algo aprendido, inclusive nas escolas. Não identificamos pelas respostas dadas que o racismo é e foi uma política de governo, uma ideologia que perpassa todas as instituições sociais. É urgente que esse entendimento seja alcançado por um número maior de pessoas entre estudante, e profissionais da educação escolar, em seus diferentes níveis de ensino.

Contudo o que percebemos nesse momento da pesquisa é que muitos ainda, se negam a falar sobre temas diretamente relacionados ao racismo, população negra, educação para a diversidade e dentre aqueles que estão disponíveis para falar sobre o assunto ainda apresentam narrativas que demonstram manutenção e reprodução de práticas racistas

8 O CAMINHO, A PROPOSIÇÃO: É APRENDER PARA ENSINAR EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

*Aquele era o tempo
Em que as sombras se abriam
Em que homens negavam
O que outros erguiam
E eu bebia da vida em goles pequenos
Tropeçava no riso, abraçava de menos
De costas voltadas não se vê o futuro
Nem o rumo da bala
Nem a falha no muro
E alguém me gritava
Com voz de profeta
Que o caminho se faz
Entre o alvo e a seta¹⁵*

Maria Bethania.

Somos a seta lançada por nossas ancestrais, vamos continuar a fazer o caminho que elas iniciaram.

A educação escolar é uma parte fundamental da sociedade, seja para manter a ordem vigente, seja para exercer, com excelência, sua função vital que seria a de contribuir para transformação social. Portanto o caminho percorrido para essa pesquisa foi marcado por recomeços, quanto mais caminhávamos mais sombras se abriam.

E constatar que a narrativa universal e eurocentrada de conhecimento ainda perfaz um aspecto centralizador da educação básica, nos deixa a certeza de que é preciso estar de frente para o futuro e que o caminho entre o alvo e a seta se faz com o olhar para os sujeitos desse processo. Vamos olhar o passado, questionar o presente para vislumbrarmos possibilidades de efetividade na educação das relações étnico raciais.

Dessa maneira, evidencia-se a importância e a indispensabilidade de formação de sujeitos pautados numa educação em direitos humanos que evolua para cidadãos conscientes de seu papel nas relações sociais e para repúdio de atitudes racistas. “Para isso é fundamental

¹⁵ Música: “Quem me leva os meus fantasmas”, de Pedro Abrunhosa, interpretada por Maria Bethânia.

que a reflexão sobre a relação entre conhecimento e saber merece seja considerada, conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação”. (GOMES, 2017, p.63).

Sobre a relação conhecimento e saber, precisamos pensar outras formas de cognoscência para além daquele que emana do homem branco, heteronormativo e eurocentrado, ou seja, é preciso pensar de forma decolonial. Conforme Candau:

A colonialidade do poder, do saber e do ser são conceitos centrais dentro do projeto de investigação do grupo “Modernidade/Colonialidade”. Outro conceito central, introduzido por Mignolo, é a diferença colonial, entendida como pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial, como forma não de restituir conhecimento, mas de reconhecer conhecimentos “outros” em um horizonte epistemológico transmoderno, ou seja, construído a partir de formas de ser, pensar e conhecer diferentes da modernidade europeia, porém em diálogo com esta. (CANDAU; OLIVEIRA, 2010, p.9)

É indispensável dirimir uma narrativa que visa a transmodernidade, um projeto global compartilhado contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e colonialismo que corroboram com a estrutura racista.

O ponto de partida para que de fato a lei 10639/03 seja plenamente efetivada e a educação cumpra um papel antirracista, deve ser aquilo que, ao longo do tempo da construção histórica e social, foi descartado, desvalorizado e julgado como inútil entre as culturas globais, incluindo a filosofia que não foi colonizada ou das periferias.

No cotidiano escolar, a educação antirracista visa à erradicação de preconceito das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente e docente, etc.) precisam ser banidos. Almeja, nesse sentido, possibilitar aos indivíduos pertencentes aos grupos atingidos pelos preconceitos a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprios. Nela é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação antirracista é a igualdade entre os seres humanos. (CAVALLEIRO, 2001, p. 150)

A Pedagogia, prática escolar, que se quer decolonial e antirracista evidencia o pluralismo, que compõe a história da Humanidade e dessa forma deve voltar-se para um processo de ensino e aprendizagem que possibilite situações em que o aluno seja envolvido nas tomadas de decisões, e que faça isso com consciência de que suas escolhas afetam os que estão a sua volta.

O ambiente escolar deveria ser erigido sobre as estruturas da multiplicidade, um espaço onde a universalidade, normativa eurocentrada dê vez e voz ao “pluriversal”, que as práticas

escolares tenham como cerne a valorização dos sujeitos nas suas complexidades subjetivas educando de fato para as relações raciais.

O que se pretende é realçar a urgência para que consigamos realizar em nossa prática escolar uma educação de fato voltada para a emancipação dos sujeitos considerando a devida importância aos valores indispensáveis à convivência social, na qual todos estejam incluídos como nos alerta Paulo Freire (1983), ao Ser mais.

Nossos estudantes, devem estar em compasso a esse Ser mais, já que o processo de colonização se estrutura dessa forma, na inferiorização de uns em detrimento de outros e, sabemos muito bem quem é quem, nesse processo catastrófico. É urgente romper com as amarras do eurocentrismo sendo necessário um movimento constante de busca, para isso estejamos sensíveis às palavras dele:

Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao Ser mais, à humanização dos homens. E esta é uma vocação histórica, contraditada pela desumanização que, não sendo vocação, é viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade, deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de buscar. Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam. Esta é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos. Da desumanização. Não pode o ter de alguns converter-se na obstaculização ao ter dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam o segundo, na sua escassez de poder (FREIRE, 1983, p.86).

Concordando com Paulo Freire, que não se volta para as relações étnico raciais, especificamente, mas é possível um alinhamento com essa construção narrativa, no sentido de que a educação deve buscar a emancipação e a humanização, pois relações que esse estruturam na inferiorização e na discriminação, faz um curso voltado à desumanização de todos e todos perdem, pessoas pretas porque precisam lutar, resistir, aliás, resistir e lutar é o que temos feito com bravura desde o início da história desse país, e pessoas não pretas crescem desumanizadas numa pretensa lógica de superioridade, tanto uma quanto a outra são desumanizadoras.

Quando tratamos de uma educação antirracista, devemos ter em mente que esse é um trabalho, sobretudo decolonizador, se trata de ouvir as narrativas, sobre a perspectiva daqueles que foram “vencidos” ao longo do processo de colonização. Nesse direcionamento entendemos que uma das proposições assertivas seria que os professores estivessem inspirados a decolonizar o currículo.

As práticas escolares que rumam para o antirracismo deriva de narrativas descolonizadas. Sabemos conforme a pesquisa apresenta pela Dr^a Ana Lúcia Silva de práticas

pedagógicas culturais, enfatizando a necessidade da multiplicidade de saberes que compõem, quer dizer, deveriam compor o fazer escolar.

Por isso, é interessante problematizar os discursos que desqualificam o outro, o diferente, para que se possa construir uma Educação atenta às diferenças culturais, sendo integrante de nossas pesquisas, estudos e atividades pedagógicas na formação docente e na educação de escolar de nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos/as.(SILVA, 2018, p.125)

A educação deve ser libertadora, acreditamos nisso, mas só será de fato emancipatória e libertadora quando todos, sem distinção, possam se apropriar do conhecimento, encaro conhecimento aqui, de maneira holística, sem desmerecer nenhum campo de experiência independente da geografia, etnia ou qualquer outra forma discriminatória como estamos acostumando a vivenciar no espaço escolar. Esse espaço que, sem sombra de dúvidas, até hoje se vale de um privilegio epistêmico eurocêntrico que coloca à margem outros saberes. Para ser mais pedagógica, é ainda pior por erigir-se no epistemicídeo. “O privilégio epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico, na qual uma face se considera superior e a outra inferior.” (GROFOSGUEL 2016, p. 27)

A educação antirracista se faz em um processo que deve se dar sobre os princípios, do respeito mútuo, da compreensão e do equilíbrio das emoções, tanto para os alunos como para os profissionais da educação, sobretudo os professores. É importante que no ato de ensinar não o façamos como simples transmissão de conhecimento, como querem muitos, sobretudo nesse contexto que somos governados por uma extrema direita, que Jessé Souza (2017) chama de “elite do atraso” .

O ensinar deve ter uma prática reflexiva e rompendo com os parâmetros daqueles que colonizaram, vislumbrando o crescimento entre todos os envolvidos no processo de escolarização, é preciso que o contexto escolar seja um ambiente favorável à formação de sujeitos dotados de autonomia, liberdade e auto estimados, independentemente de sua tez. A mudança nas relações sociais que atravessam o contexto escolar é urgente e “época de crise como a atual, são nesse sentido uma oportunidade única. Na crise toda legitimação perde sua naturalidade e pode ser desconstruída (SOUZA, 2017, p.11).

Isso é indispensável para educação antirracista, reinterpretar a narrativa dominante, histórica e factual da realidade brasileira. Esse entendimento que a narrativa eurocentrada não é a única, e não contem verdades absolutas é imprescindível às proposições de práticas antirracistas na escola. Chimanda Ngozi Adichie(2009)¹⁶ nos alerta sobre” o perigo da história

¹⁶ https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br

única”, na verdade, sabemos que isso não existe, concordamos com ela a história da humanidade é feita de diversidade e multiplicidades nunca foi e nunca será uma história única.

Tudo isso corrobora para sujeitos que realizam escolhas com responsabilidade sobre si, considerando seu próximo, com capacidade de inventarem sua essência com atitudes boas, tendo em conta a importância da coletividade, da harmonia entre os sujeitos para se viver e desenvolver em comunidade considerando a sociedade multiétnica.

A educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é um simples partilhar de informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (HOOKS, 2017, p. 25)

Além disso, uma proposição interessante de se pensar como estratégia para práticas escolares que rumem às práticas de valorização da cultura africana afro-brasileira, bem como fortalecer a identidade do povo negro é fazer um trabalho com documentários por exemplo. Existem muitos que possibilitam aprender a história da população negra, um deles é o Documentário Menino 23 (2016) que trata da questão do povo negro depois da abolição, verificamos que no Brasil, na década de 1930 existiam grupos de pessoas que embasadas no pensamento nazista, que inevitavelmente embalados pela eugenia consideravam negros inferiores, sendo inclusive que neste momento em São Paulo, cinquenta meninos negros com idade entre nove e doze anos foram levados de um orfanato do Rio de Janeiro para serem submetidos a trabalho escravo, na propriedade dos Rocha Miranda, e conforme se observa no documentário, muitos moradores daquela região, deslumbrados com as construções que a família trouxe para o interior de São Paulo, acreditavam que isto não era um mal para os meninos, que foram mantidos em regime escravagista, muito tempo depois da abolição, em razão pois da eugenia, que ainda preconizava a ideia de que negros eram mais fortes, portanto melhores para trabalhos pesados, mas inferiores, intelectualmente.

Esse documentário é uma boa estratégia para trabalhar junto aos professores, pois ajuda a pensar por exemplo, no racismo estrutural. Existem outros que merecem destaque também, como: Sou cultura afro; Palmares, coração brasileiro e a Última Abolição.

Sendo assim, eu defendo uma Educação multicultural e antirracista, onde a ancestralidade africana e a cultura popular negra (por exemplo: o samba e o samba-enredo) sejam valorizadas no currículo, combatendo-se o eurocentrismo, estereótipos, preconceitos e racismo, para que outras

identidades (dentre estas a identidade negra) tenham visibilidade na escola, e consequentemente na sociedade brasileira. Se hoje sambar e jogar capoeira não dão mais cadeia, ou seja, não são casos de polícia, é porque isso é fruto de séculos de resistência do povo negro nestas terras tropicais. (SILVA, 2018, p. 140)

É imprescindível que diante de textos, e sugestões de atividades, propostas muitas vezes, por quem não reconhece e valoriza o povo negro, precisamos ter então uma leitura, crítica, fundamentada, principalmente nas teorias raciais, capaz de entender que para se tratar o racismo, precisamos mensurar quem é que está falando, escrevendo sobre a história do o povo preto, porque, na maioria esmagadora das vezes, o que chega na escola são autores que contribuem para manutenção de uma educação eurocêntrica e preconceituosa, de forma simbólica, ingênua e perversamente institucional.

Nesse sentido um bom conselho para proposições que nos levem a fazer uma educação antirracista está:

Na relação estabelecida entre professores e professoras, alunos e alunas devemos nos ater, de início ao aspecto verbal. Muito do que a criança aprende é transmitido pela linguagem verbal. Assim devemos prestar atenção no que falamos—direta ou indiretamente- a respeito dos que estão presentes, bem como sobre a diversidade racial da sociedade. (CAVALLEIRO, 20011, p.156)

Sobre pesquisar as relações étnico raciais, considerando as vozes dos sujeitos que compõem o espaço escolar, é possível perceber que Petronilha Beatriz estava certíssima, quando escreveu que é preciso aprender a ensinar relações étnico raciais no Brasil, isso é indispensável e urgente para pensar em proposituras para a efetividade das relações étnico raciais. Não dá para ensinar aquilo que desconhecemos, ou que conhecemos a partir de uma única verdade, e o mundo é feito de verdades e quem está fazendo educação deve estar consciente de tudo isso.

Como se vê é complexa, mas não impossível, a tarefa de tratar de processos de ensinar e de aprender e sociedade multiétnica e pluriculturais como a brasileira. Abordá-los pedagogicamente ou como objeto de estudos, com competência e sensatez, requer de nós professores(as), pesquisadores(as); não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que “naturalmente” integram, o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros; admitir tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca; ficar atento(a) para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômica -social e cultural; desconstruir a equivocada crença de que vivemos numa democracia racial. E para ter sucesso em tal empreendimento, há que ter presente tramas tecidas na história do ocidente

que constituíra, a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar. (SILVA, 2007, p. 493)

Para além das proposições elencadas aqui e já pontuadas tantas e tantas vezes por essas admiráveis pessoas que pensam uma educação antirracista, se faz imprescindível nesse trabalho reivindicar a “volta” da Equipe Multidisciplinar, retomando que conforme a Resolução 3399/10 Paraná:

Equipes Multidisciplinares se constituem por meio da articulação das disciplinas da base nacional comum, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, com vistas a tratar da História e Cultura da África, dos Africanos, Afrodescendentes e Indígenas no Brasil, na perspectiva de contribuir para que o/a aluno/a negro/a e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade (PARANÁ- RESOLUÇÃO 3399/10)

Acreditamos, muito nesse objetivo da E.M. “mirar-se positivamente pela valorização da história e da cultura do seu povo”. E que ainda tendo muitas práticas a serem retomadas, reavaliadas e organizadas, para que de fato possamos desfrutar de uma educação antirracista a Equipe Multidisciplinar está para escola como um espaço de resistências e encontros daqueles que se dispõem a tratar das vicissitudes do racismo e todos os seus desdobramentos.

Para isso a Equipe Multidisciplinar deveria ser composta por pessoas que se dedicam a pensar a e educação sob a perspectiva decolonial, pois entendemos que não se faz front ao racismo tendo como princípios basilares a o conhecimento etnocêntrico, que marginaliza outros saberes.

Nesse sentido fica evidente porque entendemos a necessidade de uma Equipe que vai fazer frente com a estrutura, pois muitos profissionais e estudantes permanecem com suas construções epistemológicas partindo do conceito de uma única história. Precisamos de uma E.M. composta por profissionais que tenham o desejo de sulear o conhecimento é preciso emancipar o conhecimento, conforme Nilma Lino Gomes:

O saber emancipatório produzido pela negra e pelo negro e sobre o corpo negro é visto na perspectiva de Santos (2002) como conhecimento— emancipação. No contexto brasileiro, ele realiza a trajetória entre um estado de ignorância e um estado de saber designado solidariedade/libertação (GOMES, 2017, p.98)

Entendemos que a manutenção e continuidade fluída da Equipe Multidisciplinar, inclusive se estendendo à rede municipal de Educação de Mandaguari, é uma possibilidade pertinente à emancipação dos saberes. Pois em Equipe é menos difícil questionar e romper

paradigmas, tão cristalizados nas relações sociais, que atravessam o fazer o escolar. Ainda concordando com Nilma Lino Gomes (2017) “É preciso descolonizar os currículos e o conhecimento”.

E isso só é possível, quando encontramos aqueles que estão indignados com que estamos vivendo desde que as pessoas negras foram trazidas de África para serem escravizadas aqui. Suelli Carneiro¹⁷ fala sobre isso, e concordamos, a resistência, a transformação se faz quando nos encontramos com as mesmo disponibilidade indignada para ruir a estrutura.

Busquemos os indignados para fazermos alguma coisa. Uma delas e talvez a mais importante é aprender, não basta falar de racismos falar de educação antirracista, precisamos nos indignar e buscar capacitação e formação política para desalinhar a ideologia racista que nos afeta todos os dias e em todos os lugares.

As práticas escolares devem estar pautadas em ações que reconheçam o racismo e sua letalidade para os corpos negros sobretudo as crianças e jovens em formação, pois é sabido que o racismo fere a subjetividade negra e isso leva a pessoa negra a negar sua identidade devido às discriminações e preconceito já sofridos ou que se quer evitar. É preciso aprender a ensinar relações étnico raciais e a recontar a história do Brasil do ponto de vista não racista.

Os educadores têm de reconhecer que qualquer esforço para transformar as instituições de maneira a refletir um ponto de vista multicultural deve levar em consideração o medo dos professores quando se lhes pede que mude de paradigma. É preciso instituir locais de formação onde os professores tenham a oportunidade de expressar seus temores e ao mesmo tempo aprender a criar estratégias para abordar a sala de aula e o currículo multiculturais. (HOOCKS, 2017, p. 52).

Diante de tudo que apresentamos sobre os desdobramentos da educação das relações étnico raciais, a Lei 10639/03 através da revisão bibliográfica e os dados da pesquisa realizada com profissionais da educação e alunos, fazemos a propositura de Grupo de Estudos a ser realizado com esse público.

Esse grupo de estudo estaria assentado nas premissas da Capoeira para direcionar esse momento de formação.

Para isso teríamos como colaboradores Associação Cultural Capoeira Mandingaê – Accamê¹⁸ para implementar esse Grupo de Estudos.

A capoeira apresenta-se para nós como uma das maneiras mais completas para estudara a História da África e da cultura da diáspora africana, dada sua característica de fluir

¹⁷ https://www.youtube.com/watch?v=UO_JWau8R7E

¹⁸ <https://accame.wordpress.com/>

para aspectos da religiosidade, da expressão artística, cultural, corporal e sobretudo por ser expressão primeira a resistência.

De uma ponta a outra do continente americano e do Brasil a população negra utilizou o corpo como instrumento de resistência sociocultural e como agente emancipador da escravidão. Seja pela religiosidade, pela dança, pela luta, pela expressão, a via corporal foi o percurso adotado para o combate, a resistência e construção da identidade. (MUNANGA e GOMES 2016, p. 152).

Fazer uma propositura tendo um elemento marcador pra direcionar as premissas de uma formação para a educação das relações étnico raciais, é preponderante quando constatamos que em nosso contexto escolar ainda é perpassado por justificativas para o racismo baseadas no “ quando eu era criança, sofri racismo por ser branca demais”, esse tipo de afirmação nos leva a ponderar que precisa ser discutido, que racismo está para além do individual é uma condição estrutural.

Reconhecemos, com tristeza o quanto as maldades que ocorrem na escola, por exemplo marcam e causam traumas em nossas vidas, mas ao falar de racismo, não estamos falando de algo que está no âmbito do individual, estamos tratando de algo que marca indelevelmente uma população, algo que marginaliza e inferioriza, e está naturalizado na estrutura social. Precisamos combater e resistir as justificativas dos racismos enraizadas no processo de escolarização.

Por isso, porque precisamos primeiro romper com princípios falaciosos do que seja o racismo e trazer à ampla discussão os aspectos perversos do racismo. Conforme Sueli Carneiro o racismo é uma ideologia tortuosa e a perversidade do racismo brasileiro, se constitui assim:

Na negação patológica da dimensão racial das desigualdades sociais; nos eufemismos que são utilizados para mascarar-las: se não há negros nem brancos, como poderá haver políticas específicas para negros? Ou, o problema no Brasil não é racial e sim social, ou o que há um apartheid social! Na defesa maníaca de propostas que postergam para as calendas e enfrentamento dessa realidade (CARNEIRO, 2019, p. 148).

Para fazer resistências a toda essa perversidade que se sente na pele, propomos que um trabalho realizado pela Associação Accamê, pois o eixo principal é a Capoeira Primitiva, trazendo heranças da senzala como ginga, negaça, tradição e mandinga. Além de danças e batuque.

Essa Associação tem histórico de luta resistência relacionado exclusivamente à diáspora africana nas ações rumam a uma educação antirracista.

E acreditamos que um trabalho sistêmico, ao longo de um ano letivo ou mais na efetivado no contexto escolar e, não somente nas datas comemorativas, vai corroborar para

que a comunidade perceba e reconheça as várias nuances do racismo em nossa em todas as dobras da nossa sociedade, bem como a necessidade de atitudes que denunciem, repudiem e desnaturalizem as práticas racistas.

A intenção de um trabalho realizado na perspectiva da Capoeira também se dá pelo fato de que sua história assim como a da população negra é marcada por fases, sempre atreladas à resistência e produção de saberes. De acordo com Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, a capoeira passou por quatro fases:

A do início da escravidão, quando o escravizado, usando apenas o instinto de sobrevivência, tentava usar o seu corpo para livrar-se do sofrimento e fugir: A da área dos quilombos, na qual a capoeira já era uma das armas necessárias aos quilombos para a defesa; A da proibição oficial da capoeira após a Abolição, e, por fim a fase da sua liberação, no ano de 1932(MUNGA e GOMES, 2019, p. 154).

Além disso, propor a um trabalho sistêmico ao longo de um ano ou mais feito pela Accamê, sobre Capoeira para a reflexão e desconstrução de racismos que permeiam o ambiente escolar, para nós é muito simbólico pois essa prática nos remete à resistência e produção de saberes que devem ser valorizados no currículo escolar.

Entendemos que a capoeira estrutura complexa e por isso pode ser uma prática desenvolvida na escola para fazer frente a estrutura complexa que é o racismo brasileiro.

A prática da capoeira possui uma estrutura complexa. Cada elemento pode ser compreendido como parte de uma grande estrutura: a roda, o jogo, o corpo e os instrumentos. Cada um possui significados rituais, ritmos específicos que, no seu conjunto, constituem o jogo, a luta, a arte, a expressão corporal e uma forma de discurso não verbal. ((MUNGA e GOMES, 2019, p. 156).

Para que esse Grupo de Estudos seja efetivado, numa plataforma remunerada, sabemos de toda a burocracia demandada para isso, sabemos inclusive que esse deve ser primeiro considerado pela mantenedora uma prioridade, que significa dizer que Secretaria da Educação de Mandaguari reconheça a necessidade de uma formação para implementação da Lei 10939/03. Mas para isso já temos um direcionamento legal que a Lei municipal nº 014/2020.

No entanto se a pareceria com mantenedora não for uma realidade podemos contar com apoio de sociedade civil que mediante o reconhecimento do racismo e sua perversidade e possa se indignar e caminhar conosco apoiando essa ação.

Acreditamos na possibilidade resistente que se apresenta nessa propositura, pois a complexa estrutura da capoeira parece rumar à palavra de origem africana sankofa:

Aprender com o passado, construir sobre as fundações do passado. Em outras palavras, volte às suas raízes e construa sobre elas, para o desenvolvimento, o

progresso e a prosperidade de sua comunidade em todos os aspectos da realização humana (NASCIMENTO, 2001, p. 125).

Temos muito a aprender com saberes ancestrais, sabemos o quanto o conhecimento da diáspora africana nos foi negado e marginalizado. Por isso, na busca de cumprir a Lei 10639/03, objetivando a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira nos conteúdos escolares a capoeira tradicional tem muito a nos ensinar pois acreditamos na preservação dos costumes passados sobretudo pela tradição oral que até então foi tragada pela palavra eurocêntricamente escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando em concluir.

*Uma voz rouca
Um violão tão lento, um amor
Um peito acabrunhado não
Um peito apaixonado sim
É um passo manso lento
É um passo lento manso do amor
Magoado não
Bem vindo, sim
Desesperado, não
Querido, sim
Acabrunhado, não
Apaixonado, sim
Porque não?*

(Mateus Aleluia)¹⁹

Essa dissertação, reflete minha procura por respostas que me possibilitem, vislumbrar com otimismo uma educação pautada em prática pedagógicas possam efetivar a lei 10639/03, para isso fiz uma análise das relações étnico raciais na educação municipal e estadual de Mandaguari.

Uma das primeiras asserções que faço nesse momento final é que a Equipe Multidisciplinar foi uma estratégia muito apropriada para atender as demandas decorrentes da Lei 10639/03 e 11645/08, na rede estadual de ensino e que por isso deveria ser estendida à rede municipal também. Pois o fato de ter uma Equipe, dá visibilidade questões que por vezes todos querem fingir que não existe.

A rede municipal de educação de Mandaguari vem se organizando para implementar e efetivar uma educação que valorize a cultura africana e afro-brasileira, num afã de atender a política de reparação aos minorizados em terra brasileira, assegurando isso no Projeto Político Pedagógico das escolas, lamentamos, mas a redação por si só não possibilitou muitos avanços nas relações étnico raciais. Para ERER (educação para as relações étnico raciais), de fato, é letra

¹⁹ Composição e interpretação: Mateus Aleluia.

morta, que infelizmente verificamos na análise dos dois PPPs cujo texto, nessa seção, são idênticos.

Isso significa que o impacto da Lei 10639/03 na educação das relações ético raciais não tem sido efetiva em sua implementação, arrisco, sem medo de errar, que se trata de continuar lutando e buscar caminhos ainda para que de haja implementação de fato e, assim vislumbraremos uma educação para as relações étnico raciais que realmente reconheça e valorize a cultura e história e a religião do povo negro indelevelmente marcado pelos escravização de mais de trezentos anos e depois, no pós-abolição marginalizados por políticas excludentes e persecutórias.

A produção dessa dissertação me permite ponderar que os esforços para efetivar a 10639/03 acontece e já aconteceu de forma mais intensa e vivida, nos últimos dois anos, nas nossas escolas esse é um assunto que mais uma vez foi deixado de lado como algo secundário, assim como pudemos observar que na rede estadual estamos indo para o segundo ano consecutivo sem a Equipe Multidisciplinar. Isso significa um retrocesso significativo.

Houve impacto positivo na educação, tanto na rede estadual quanto municipal, que foi estremecida, sim, pelas reivindicações de uma educação antirracista que privilegie a diversidade, a valorização de saberes até então desvalorizados no ambiente escolar. De alguma forma fica nítido nas respostas que muitos profissionais buscam uma prática que valorize todos e todas. Mas esses tímidos esforços têm sido suprimidos por esse tempo pandêmico somado às políticas negacionistas em que estamos mergulhados/as.

Apesar disso, é urgente que caminhemos na exigência da uma educação para as relações étnico-raciais que na maioria delas, até que cheguemos num dia quem nossas escolas não se pautem em práticas que nega ou marginaliza a raiz africana e valoriza o ideal branco, como modelo de homem a ser seguido.

Pois bem, além de considerar todas essas facetas do racismo estrutural que está institucionalizado na escola, tudo isso tem ficado recentemente, cada vez mais recorrente e naturalizado, e com tristeza vemos por exemplo que falas racistas, que justificam ou corroboram com o racismo têm sido repetidas como se não houvesse problema algum e, para isso só o movimento de resistência e educação, ou seja só um “movimento negro educador” pode dar conta dessas vicissitudes.

Percebemos no contexto que temos vivido que a fenda abissal entre o lugar de privilégio ocupado pela branquitude e a marginalização legada à população negra ainda é marcante nas relações sociais.

Nesse cenário é certo afirmar que após a eleição do atual presidente da república, que tem um discurso supremacista, fascista, xenofóbico e, sobretudo, racista assistimos o crescimento vertiginoso de atitudes que contribuem para a estrutura e naturalização de atitudes racistas no Brasil.

Discursos como esse enfatizam a inferioridade de uns em detrimento de outros, revestem de preconceito e exclusão a nossa sociedade que é marcada pela diferença entre negros e não negros, e deveriam ser inadmissíveis.

Embora aspectos como os mencionados acima corroborem de forma substancial para endossamento de práticas racistas a escola, ainda assim, precisa se constituir num espaço de desenvolvimento humano que privilegia a diversidade étnica e cultural dos seus sujeitos. Um espaço sobretudo, de articulações, onde se a diversidade está presente, é valorizada e respeitada por todos, um lugar no qual se objetiva a superação da dicotomia cidadania e raça.

Nessas últimas linhas reitero a necessidade de uma Equipe Multidisciplinar, que proponha ações pedagógicas antirracistas e não se intimide diante dos desafios para a implementação da Lei 10639/03, consolidando as expectativas da população negra que luta e resiste as muitas constatações do racismo em nossa sociedade.

Evidencio a necessidade de uma equipe constituída de pessoas, que tenha compromisso étnico racial, para além do cumprimento da Lei 10639/03, que tenha como propósito suleador com a superação do racismo, a denúncia da naturalização da desigualdade e do preconceito.

Não se pode deixar de evidenciar que no contexto escolar deveríamos aprender a conviver com as diferenças, com a diversidade, que tem sido tão questionada ultimamente. Todos somos merecedores de tratamento digno e igualitário, respeitando as singularidades. Ao pensar e escrever sobre educação para as relações étnico raciais o enfoque deve estar pautado na convicção de que o processo ensino e aprendizagem requer respeito à individualidade do educando, preto, indígena, ao estudante com necessidades educativas especiais enfim a todos até mesmo aqueles que desde sempre ocupam lugar de privilégio.

Não podemos mais nos silenciar diante de situações de discriminação racial, sobretudo aqueles que ocorrem ou são endereçadas ao contexto escolar, que muitas vezes se pode verificar, inclusive, nos próprios livros didáticos. Existe um rito pedagógico que por vezes, nos silencia e corrobora intensamente para a permanência da estrutura racista.

De maneira bastante otimista apesar do racismo, a discriminação e o preconceito, recorrentes em nossas escolas, muitos professores e outros profissionais da educação, ainda que timidamente, tem demonstrando que resistência e luta por uma educação e conseqüentemente uma sociedade menos desigual racialmente, ao longo da história, e esta resistência tem se

revelado e tomado proporções interessantes e, garantindo certa visibilidade ao povo negro nas instituições escolares e, a valorização através da Lei 10.639/03.

Nos meios midiáticos temos vistos, maior número de pessoas negras, algumas em destaque como por exemplo a jornalista Maria Julia Coutinho, além disso, é crescente o número de pessoas que se autodeclaram negras reconhecendo sua etnia, sua ancestralidade, ultrapassando a “linha de cor” que a herança colonial tem nos imputado. Apesar de toda dor em ver tantos dos nossos tombando, acredito que este cenário tem ares de transformação, para não dizer audaciosamente ares de revolução, pessoas estão militando em favor da população negra, um ou dois em cada escola, mas vejo! Sobretudo nas Equipes Multidisciplinares, ou de outras formas como percebemos na rede municipal de ensino de Mandaguari.

Depois de ouvir os atores que estão na linha de frente da educação, a partir desses dados aferidos por meio das subjetividades dos entrevistados, nos questionários online, entendemos que a continuidade da Equipe Multidisciplinar é um horizonte para que a Lei 10639/03 continue ou passe a ser efetivada com compromisso e responsabilidade. A superação da naturalização dos racismos, se faz urgente.

O contexto atual é sombrio lanço olhar triste, pesaroso, pois a dívida histórica e social a que me referi no início desse texto, como temos visto é dado relevante e atravessa de forma negativa toda a subjetividade da população negra.

Diariamente vemos corpos negros tombados por esse Estado genocida, quer por oitenta tiros, quer sendo levado como nos lembra a música d’O Rappa, nos camburões, que são os mais atuais navios negreiros, e o corpos só aparecerem dois ou três dias depois em necrotérios, ou ainda quer estando na sala de casa com quatorze anos sendo alvejado pela violência institucionalizada pelas fardas do Estado, ou ainda como, no caso de Ágatha Félix, uma criança negra que se foi aos oito anos de idade, depois de ter sido atingida e morta por uma bala financiada pelo governo do Rio de Janeiro.

Enquanto escrevia essa dissertação, a nação foi surpreendida pelo ato do então ministro da educação Abrahan Weintraub que revogou numa quinta-feira (18 de junho de dois mil e vinte) a portaria que garantia a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação em universidades e institutos federais. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU18/06/2020)²⁰. Felizmente devido as manifestações, que não foram poucas, essa revogação tornou-se sem efeito, através da Portaria 559 de 16 de junho de dois mil e vinte, assinada pelo ministro interino Antonio Paulo Vogel Medeiros.

²⁰ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262147914>. Acesso em 24/03/2021

Com frequência, temos assistido eventos cotidiano, como os citados acima, que reverberam o racismo em nossa sociedade.

Por isso é fundamental nos debruçarmos em estudo para que possamos apontar possibilidades para que as implicações da nossa prática pedagógica possa rumar para ações que celebre a diversidade, e o fortalecimento indenitário corroborando desta maneira para resistência e urgência em continuar o movimento demandado por aqueles que foram escravizados e minorizados ao longo do projeto de colonização. O que, conforme a pesquisa revela, não vem acontecendo até então.

Justamente apesar de tudo isso, esse momento é pode ser oportuno para discutir educação étnico raciais, no sentido de empreender esforços para pensar as possibilidades de ações pedagógicas que podem ser construídas a partir do que já caminhamos a esse respeito, lançando o olhar no porvir, que será honroso para nós.

Destaco as premissas desse trabalho, através da pesquisa que se fez com os profissionais da Educação no município de Mandaguari, acreditando que é possível mudança nas relações étnico raciais no contexto escolar apesar de estarmos escrevendo, por exemplo de uma Lei sancionada há dezoito anos.

Contudo ao ponderar acerca da educação que de fato contemple e valorize a população negra o pensamento deve ser preciso e metuculoso pois isso significa pensarmos em identidades diversas que já existiam em África, mas que após o tráfico de pessoas negras para o trabalho escravo foi necessário um reinventar-se na resistência superando marginalizações e estigmas de inferioridade. E essa pesquisa também deixa isso bem marcado, não dá para falarmos em ERER, tendo como pressuposto o conhecimento universal, aquele que aprendemos é preciso aprender para ensinar. A diversidade, a educação para as relações étnico-raciais solicita a decolonização do olhar.

Importante considerar que a multiplicidade de expressões humanas que vão se entrelaçando e constituindo, ao longo do tempo, as identidades, de um povo, de um grupo, de uma etnia, mas que isso não significa dizer uma igualdade, ainda que seja contraditória a identidade é permeada de diferenças individuais.

E essas diferenças, principalmente no contexto escolar devem fluir para o crescimento humano e aprimoramento das relações sociais baseadas no respeito ao meu próximo podemos pensar num multiculturalismo emancipatório, que está cunhado no reconhecimento e valorização da diáspora africana.

É chegado o tempo, aliás já passou do tempo, de reconhecermos as ausências, romper com o currículo escolar eurocêntrico que parte da premissa estruturante racista, considerando

uns superiores e outros inferiores, valorizar o aspecto emancipador das diferenças é imprescindível para educação das relações étnico raciais.

Essa compreensão é indispensável para que prática pedagógica preconize a valorização e fortalecimento de identidades, considerando o aspecto multicultural na formação do povo brasileiro.

E sinceramente, em tempos como esses que temos vivido, onde o apelo da estrutura colonizadora, conservadora, racista, e machista está em voga em muitos lugares do mundo, e sobretudo quando os nossos jovens estudantes nos revelam a preponderância disso tudo na formação não nos resta dúvida a imprescindível necessidade de pensar a educação escolar na perspectiva da diferença, do respeito o que nos impele ao apelo: decolonizemo-nos, aquilombemo-nos, num afã de fortalecermos e reconhecermos a história da população negra.

Enfim, perseverar na resistência, na luta por uma educação antirracista é a única estratégia que nós temos.

Faço votos que essa pesquisa possa contribuir para que a prática escolar, aqui, concorra para uma educação consciente com vistas à educação que valorize os seres humanos em sua para além da estrutura racista.

O texto apresentado, trata-se da construção da minha dissertação, que como não poderia deixar de ser, dada a complexidade e importância do tema, segue com muito mais abertura que fechamento, muito mais dúvidas do que certeza, por isso, penso que enfim eu “quero falar de uma coisa, aos meus ancestrais, àqueles que em equipe, de maneira multidisciplinar e “pluriversal” largam e correm junto comigo e aos que virão, há um longo caminho a percorrer, em prol de uma educação antirracista, mas já avançamos e continuaremos resistindo e avançando, pois juntos aquilombados tenho certeza que :

Renova-se a esperança

Nova aurora a cada dia

E há que se cuidar do broto

Pra que a vida nos dê

*Flor, flor e fruto.*²¹

²¹ Música de Milton Nascimento e Wagner Tiso. “Coração de Estudante”, uma das mais belas e significativas canções da MPB. A melodia chegou primeiro e foi feita por encomenda, composta por Wagner Tiso para a trilha do filme “Jango“, de Sílvio Tendler. Triste e, ao mesmo tempo, emissária de esperança, a melodia é o tema que acompanha o ex-presidente João Goulart em seus momentos mais dramáticos, incluindo o exílio e a morte. Milton a escreveu inspirado nas lembranças do enterro do estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em março de 1968, enquanto jantava com colegas no restaurante estudantil do Calabouço. O velório e o enterro do estudante foram transformados em ato político. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o trajeto do corpo da Assembleia Legislativa do Rio, onde foi velado, até o Cemitério São João Batista, onde aconteceu o enterro. A morte do estudante, aos 17 anos, foi o estopim para a “Marcha dos Cem Mil”, um dos

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo, Pólen, 2019

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? Revista do Serviço Público Ano 47 Volume 120 Número 3Set-Dez 1996

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora, as desigualdades frente a escola. Petrópolis. Vozes 2003 .p. 41-64

_____, Pierre. Os três estados do capital cultural .Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4942298/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20Pierre.%20Os%20tr%C3%AAs%20estados%20do%20capital%20cultural.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 03, de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF, 2004
_____. Ministério da Educação/ MEC PORTARIA Nº 559, DE 22 DE JUNHO DE 2020

CAVALLEIRO, Eliane. Racismos e anti-racismos na educação: repensando nossa escola. São Paulo. Selo Negro, 2001.

_____, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2020

CALVI, Pedro. Sociedade civil e parlamentares comunicam ONU sobre Covid 19 e racismo estrutural no Brasil; grupo também reporta manifestações neofascistas. Câmara dos deputados. 17/07/2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sociedade-civil-e-parlamentares-comunicam-onu-sobre-o-racismo-estrutural-no-brasil-grupo-tambem-reporta-manifestacoes-neofascistas>. Acesso em 07/11/2020

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagoga decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40 , abr. 2010

CARDOSO, Lourenco. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. juv 8(1): 607-630, 2010. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10/11/2020

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo Pólen, 2019

principais protestos contra a ditadura militar. Gravada em 1983, se transformou em hino de fé e esperança na juventude, bem adequado àquele momento em que o país começava a se livrar da ditadura, que acabou em 1985. A canção tornou-se ainda o hino da campanha pelas eleições diretas, em 1984. (<https://cardosinho.blog.br/musica/milton-nascimento-e-wagner-tiso-coracao-de-estudante/>)

DIAS, Wilson. Weintraub extingue cotas para negros e indígenas na pós-graduação. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/weintraub-extingue-cotas-para-negros-e-indigenas-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Soc. estado., Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr, 2016.

HOOKEs, bell. Ensinando a transgredir: a educação com prática de liberdade. 2 ed. São Paulo Editora WMF Martins Fontes, 2017

HUSS, S. R. M.; MACHADO, M. C. G. O processo de escolarização no município de Mandaguari-PR. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 45e, p. 213–227, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i45e.8640118. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640118>. Acesso em: 17 março. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 13ª ed Rio de Janeiro Paz e Terra, 1983

_____. Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GASPAR, Gabriel Rocha; OLIVEIRA, Vanessa. Brancos sangrem conosco. In: OLIVEIRA, Vanessa (org.). **De bala em prosa: vozes da resistência ao genocídio negro negro**. São Paulo: Elefante, 2020. p. 13-27. Disponível em: http://novo.more.ufsc.br/capitulo/inserir_capitulo. Acesso em: 14 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino . O Movimento Negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis, RJ: Vozes 2017 4ª reimpressão, 2019

LIMA, Haroldo. Direitista que elogiou legado da escravidão assume Fundação Palmares. Vermelho a esquerda bem informada. Brasília. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/11/28/direitista-que-elogiou-legado-da-escravidao-assume-fundacao-palmares/> Acesso em 20/10/2020

MARCATO, Célio Tiago; CONTI, Celso Luiz Aparecido. JUSTIÇA E IGUALDADE NA ESCOLA: A FALÁCIA DA MERITOCRACIA. DEVIR EDUCAÇÃO, v.1, n.1, p. 66-74, 2017.

MATOSO, Camila. Veja as falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26/ de jan de 2020. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml> Acesso em 14/102/020

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje.2ªed.São Paulo: Global, 2016

_____, Kabengele. UMA ABORDAGEM CONCEITUAL DAS NOÇÕES DE RACA, RACISMO, IDENTIDADE E ETNIA. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações

Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03 Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Sankoka: Educação e identidade Afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismos e anti-racismos na educação: repensando nossa escola. São Paulo. Selo Negro, 200

PAIXÃO, Marcelo. Manifesto antirracista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro, DP&A; LPP/UERJ, 2006

PARANÀ, Secretaria de Estado da Educação. Resolução N°. 3399 / 2010 – GS/SEED. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/pontagrossa/arquivos/File/Equipe%20de%20Ensino/Equipes%20Multidisciplinares/documentos/Resolucao3399.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

_____. Superintendência; Educacionais, Programas. Secretaria De Estado da Educação Superintendência Da Educação. Instrução N° 010/2010 – Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena. SUEDE/SEED, 2010

Disponível em: <

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf >

Acesso em 05 de junho de 2020.

_____. SEED. Cadernos Temáticos: História e cultura afrobrasileira e africana: Educando para as Relações Étnico-Raciais-. Curitiba: SEED-PR, 2006.

_____. ORIENTAÇÃO N° 002/2016 - DEDI/CERDE

Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal Bom Pastor, 2017. Parecer de Aprovação 110/18 08/03/2018, Responsável Paula CD Bento

_____, Escolam municipal Drº Ary da Cunha Pereira, 2019

TORINI, Danilo. Questionário online. In: ALONSO, Angela; LIMA, Marcia; ALMEIDA, Ronaldo. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. Bloco Quantitativo. São Paulo: Cebrap, 2016. p. 52-75.

Richardscn, Roberto Jarry, Pesquisa social: métodos e técnicas/ Roberto Jany Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). - 3. ed. - 16. reimpr. - São Paulo : Atlas, 2015.

RIBEIRO, Matilde. Apresentação do SEPRIR . In Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico -raciais e para Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. SEPRIR - Brasília -DF, 2004.

_____. Matilde. Políticas de igualdade racial: refazendo o feito e o desfeito. Geledés. 06/03/2020. <https://www.geledes.org.br/politicas-de-igualdade-racial-refazendo-o-feito-e-o-desfeito/> Acesso em 22/10/2020

ROSSATO, Cesar; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 11-37.

SILVA, Ana Lúcia. Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca(2000-2013): a história da África e a cultura afro-brasileira. Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da .Formação de educadores/as para o combate ao racismo: Mais uma tarefa essencial. In: CAVLLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Selo Negro, 20001. p. 66 – 82.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe? Revista Mediações, Londrina, v.5n. 2, Jul/dez. 2000, p.99-124

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender a ensinar e relações étnico raciais. Educação ano XX, n.3(63), st/dez 2007 Porto Alegre R.S. p. 489-506

SILVA, Sebastião Alexandre. Projeto de Lei nº 014/2020 que dispões sobre a instituição da Semana da Consciência Negra no município de Mandaguari.

SIMÕES, Nataly . FUNDAÇÃO PALMARES CENSURA BIOGRAFIAS DE LIDERANÇAS NEGRAS HISTÓRICAS. Disponível em:
<https://almapreta.com/editorias/realidade/fundacao-palmares-censura-biografias-de-liderancas-negras-historicas-em-seu-site> Acesso em .15/06/2020.

SOUZA, Jessé de . A elite do atraso da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro; Leya , 2017

SPAUTZ, Dagmara. "Ku Klux Klan" em SC: é racismo, e deve ser tratado como tal. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/ku-klux-klan-em-sc-e-racismo-e-deve-ser-tratado-como-tal>. Acesso em: 20 nov. 2019.

WERNCK, Jurema. Racismo institucional uma abordagem conceitual. INSTITUTO GELEDÉS. Rio de Janeiro: Trama Design, 2011.

DOCUMENTÁRIO Menino 23. Direção de Belisário Franca. Produção de Globo Filmes; Giros; Globo News; Canal Brasil. Realização de Belisário Franca. 2016. P&B.

DOCUMENTÁRIO: A última abolição. Direção de Alice Gomes. Produção Bianca de Felippes Carla Esmeralda. Canal Curta- Rio de Janeiro, 2017. Disponível em [https://canalcurta.tv.br/filme/?name=a última abolicão](https://canalcurta.tv.br/filme/?name=a%20ultima%20abolicao)

Participação na Pesquisa de Mestrado PGC UEM Turma 2019.

Alessandra Guimarães dos Santos Medina.

Orientadora Prof^a. Dr^a Marivânia Conceição Araújo

Relações étnico raciais no contexto escolar

1) IDADE

- 20 a 30 anos
 31 a 41 ano
 + de 42 ano

2) TEMPO DE SERVIÇO NA EDUCAÇÃO/ ESCOLA *

- 1 a 5anos
 6 a 12 anos
 13 a 20 anos
 + de 21 anos
 Aposentado

4) FUNÇÃO *

- Professora/ Professor
 Agente II (profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca, laboratório...)
 Equipe Pedagógica
 Agente I (serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação...)
 Direção/Vice direção escolar

4.) VÍNCULO EMPREGATÍCIO *

- Concursado
 PSS
 Estagiário
 Outro vínculo empregatício

5) CONHECE A LEI 10639/03, LEI QUE IMPLEMENTA O ESTUDO DO ENSINO DA HISTÓRIA ÁFRICA, E DA CULTURA AFROBRASILEIRA NOS CONTEÚDOS ESCOLARES?

- Sim Não

6) CONSIDERA ESSE CONTEÚDO IMPORTANTE PARA EDUCAÇÃO DOS BRASILEIROS?

- Sim. Não

7) NA SUA FUNÇÃO VOCÊ PERCEBE SITUAÇÕES DE RACISMO?

- Sim. Não

8) PRA VOCÊ O QUE É O RACISMO?

9) VOCÊ SABE PRA QUE SERVE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR?

- Sim Não

10) JÁ PARTICIPOU ALGUMA VEZ DESSA EQUIPE?

Sim Não

11) VOCÊ VÊ DIFERENÇA DE TRATAMENTO ENTRE ALUNOS NEGROS E NÃO NEGROS?

Sim Não Poucas vezes.

12) VOCÊ JÁ PRESENCIOU SITUAÇÕES DE RACISMO?

Sim Mais de três vezes Nunca

13) COMO ACABAR COM A DESIGUALDADE NO BRASIL? (UMA ÚNICA SUGESTÃO)

14) A ESCOLA QUE VOCÊ TRABALHA É UM AMBIENTE:

Muito racista
 Onde não há racismo
 Com poucos casos de racismo

15) COMO VOCÊ SE AUTO DENOMINA?

Negra/o
 Parda/o
 Branca /o
 Indígena
 Ascendência européia
 Outros

16) DIANTE DE CASOS DE RACISMO, QUAIS ATITUDES SÃO TOMADAS PELA ESCOLA?

Conversa com os alunos, pois geralmente essas situações não passam de brincadeiras ou desentendimentos momentâneos
 Nesses casos, o melhor é ficar quieto " como se nada tivesse acontecido"
 Adota medidas disciplinares ao aluno que praticou racismo

17) O QUE VOCÊ ACHA QUE DEVE SER FEITO EM CASOS DE RACISMO?

18) VOCÊ TRABALHA EM UMA ESCOLA:

Municipal
 Estadual
 Particular

Mandaguari, _____ de fevereiro de 2021

Muito obrigada pela colaboração! Gratidão!!!

Quando a boca tropeça é pior que o pé. (Proverbio Africano)

Participação na Pesquisa de Mestrado PGC UEM Turma 2019. Alessandra Guimarães dos Santos Medina. Orientadora Prof^a. Dr^a Marivânia Conceição Araújo

Relações étnico raciais no contexto escolar

***Obrigatório**

1. Idade *

Marcar apenas uma oval.

- 20 a 30 anos
- 31 a 41 ano
- + de 42 anos

2. 2) Tempo de serviço na Educação/ Escola *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 5anos
- 6 a 12 anos
- 13 a 20 anos
- + de 21 anos
- Aposentado

3. 3) Gênero

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro:

4. 4) Função *

Marcar apenas uma oval.

- Professora/ Professor
- Agente II (profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca, laboratório...)
- Equipe Pedagógica
- Agente I (serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação...)
- Direção/Vice direção escolar

5. 4.a) Vínculo empregatício *

Marcar apenas uma oval.

- Concursado
- PSS
- Estagiário
- Outro vínculo empregatício

6. 5) Conhece a Lei 10639/03, Lei que implementa o estudo do ensino da história África, e da cultura afrobrasileira nos conteúdos escolares?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7. 6) Considera esse conteúdo importante para educação dos brasileiros? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

8. 7) Na sua função você percebe situações de racismo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não

9. 8) Tem uma Equipe Multidisciplinar em sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Não sei

10. Você sabe pra que serve a Equipe Multidisciplinar?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

11. 9) Já participou alguma vez dessa Equipe? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. 10) Pra você, o trabalho que a que a Equipe Multidisciplinar faz sobre o racismo na escola é: *

Marcar apenas uma oval.

Pouco importante

Importante

Na escola não deveria ser tratados temas como o racismo, por exemplo.

13. 11) Considerando seu tempo de formação escolar : a) Quantos colegas negros você teve? *

Marcar apenas uma oval.

0

1 a 3

+ de 5

14. B) Quantos professores eram negros? *

Marcar apenas uma oval.

0

de 1 a 3

+ de 5

15. 12) Qual a ação mais importante da Equipe Multidisciplinar em sua escola? *

Marque todas que se aplicam.

Debates em sala de aula

Apresentações: Desfile, Roda de Capoeira, Samba

Formação na escola (Curso com 40h de carga horária)

Outros

16. Idade *

Marcar apenas uma oval.

20 a 30 anos

31 a 41 ano

+ de 42 anos

17. 2) Tempo de serviço na Educação/ Escola *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 5anos
- 6 a 12 anos
- 13 a 20 anos
- + de 21 anos
- Aposentado

18. 3) Gênero

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Outro:

19. 4) Função *

Marcar apenas uma oval.

- Professora/ Professor
- Agente II (profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca, laboratório...)
- Equipe Pedagógica
- Agente I (serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação...)
- Direção/Vice direção escolar

20. 4.a) Vínculo empregatício *

Marcar apenas uma oval.

- Concursado
- PSS
- Estagiário
- Outro vínculo empregatício

21. 5) Conhece a Lei 10639/03, Lei que implementa o estudo do ensino da história África, e da cultura afrobrasileira nos conteúdos escolares?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

22. 6) Considera esse conteúdo importante para educação dos brasileiros? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

23. 7) Na sua função você percebe situações de racismo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

24. 8) Tem uma Equipe Multidisciplinar em sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei

25. Você sabe pra que serve a Equipe Multidisciplinar?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

26. 9) Já participou alguma vez dessa Equipe? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

27. 10) Pra você, o trabalho que a que a Equipe Multidisciplinar faz sobre o racismo na escola é: *

Marcar apenas uma oval.

- Pouco importante
- Importante
- Na escola não deveria ser tratados temas como o racismo, por exemplo.

28. 11) Considerando seu tempo de formação escolar : a) Quantos colegas negros você teve? *

Marcar apenas uma oval.

0

1 a 3

+ de 5

29. B) Quantos professores eram negros? *

Marcar apenas uma oval.

0

de 1 a 3

+ de 5

30. 12) Qual a ação mais importante da Equipe Multidisciplinar em sua escola? *

Marque todas que se aplicam.

Debates em sala de aula

Apresentações: Desfile, Roda de Capoeira, Samba

Formação na escola (Curso com 40h de carga horária)

Outros

31. 13) Deixe uma sugestão para as atividades da Equipe Multidisciplinar de sua escola. *

32. 14) Tem interesse em fazer parte da Equipe Multidisciplinar? *

Marcar apenas uma oval.

Sim.

Não.

33. 15) Você vê diferença de tratamento entre alunos negros e não negros? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Poucas vezes.

34. 16) Você já presenciou situações de racismo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Mais de três vezes
- Nunca

35. 17) Como acabar com a desigualdade no Brasil? (uma única sugestão) *

36. 18) A sua escola é um ambiente: *

Marcar apenas uma oval.

- Muito racista
- Onde não há racismo
- Com poucos casos de racismo

37. 19) Como você se auto denomina? *

Marcar apenas uma oval.

- Negra/o
- Parda/o
- Branca /o
- Indígena
- Ascendência européia
- Outro: _____

38. 20) Diante de casos de racismo, quais atitudes são tomadas pela escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Conversa com os alunos, pois geralmente essas situações não passam de brincadeiras ou desentendimentos momentâneos
- Nesses casos, o melhor é ficar quieto " como se nada tivesse acontecido"
- Adota medidas disciplinares ao aluno que praticou racismo

39. 21) O que você acha que deve ser feito em casos de racismo? *

40. 22) Você trabalha em uma escola: *

Marcar apenas uma oval.

- Municipal
- Estadual
- Particular

41. 23) Pra você o que é o racismo? *

Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós Graduação Ciências Sociais. "Relações étnico raciais".

Mestranda: Alessandra Guimarães Dos Santos Medina

Orientadora: Dr^a Marivânia Conceição Araújo

***Obrigatório**

1. 1) Idade: *

Marcar apenas uma oval.

14 a 16 anos

16 a 17 anos

18 ou mais

2. 2) Quanto a sua cor/raça, você auto declara: *

Marcar apenas uma oval.

Preta

Parda

Indígena

Amarela

Branca

3. 3) Você se considera uma pessoa racista: *

Marcar apenas uma oval.

Depende da situação

Sim

Não

4. 4) A história da população negra no Brasil é trabalhado na sua escola? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. 5) Escreva algo que você saiba sobre a população negra no Brasil *

6. 6) África é: *

Marcar apenas uma oval.

Um país

Um continente

Um lugar permeado pela fome e doenças

7. 7) Para você, racismo é crime? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 8) O Brasil é um país onde as pessoas são: *

Marcar apenas uma oval.

- Racistas
- Muito racistas
- Não há racismo no Brasil.

9. 9) Vivemos num país onde impera a democracia racial. Essa frase é: *

Marcar apenas uma oval.

- Verdadeira
- Falsa

10. 10) O que é racismo? *
